

Evolução cíclica do Futuro do Presente do latim ao português

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (RS), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Paulino Vandresen
Universidade Católica de Pelotas

Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Letras

2003

Ao professor Paulino Vandresen, por sua presença incansável ao longo da elaboração de minha pesquisa.

Aos meus pais Nelson e Ana, a minha irmã Rosângela e a todos os familiares pelo apoio incondicional e pela paciência “tibetana”.

À professora Paula Branco de Araújo Brauner, um exemplo a ser seguido em minha vida profissional.

À minha amiga Angelita, cuja amizade nunca faltou.

Agradeço.

Sumário

Resumo 5

Abstract 6

Lista de Quadros e Tabelas 7

1 Introdução

- 1.1 Objetivos 9
- 1.2 Principais questões 10

2 Pressupostos teóricos 13

- 2.1 Lingüística histórica 13
- 2.2 Neogramáticos 14
- 2.3 Diacronia e sincronia de Saussure 16
- 2.4 A teoria variacionista de Labov 17
- 2.5 Gramaticalização 21

3 O futuro do presente: perspectiva histórica 26

- 3.1 Latim clássico 26
 - 3.1.1 Sistema verbal do latim clássico e o tempo futuro 29
 - 3.1.2 O emprego do futuro do presente 31
- 3.2 O latim vulgar 35
 - 2.1 Inovações do latim vulgar 40
 - 2.2 O sistema verbal e o futuro do presente no latim vulgar 43
 - 2.3 Formação do futuro analítico 45
- 3.3 O processo de Romanização 50
- 3.4 O latim na Península Ibérica 51
- 3.5 O galego-português e a formação da língua portuguesa 55
- 3.6 Português arcaico: o galego-português e o futuro do presente 56
- 3.7 Português arcaico e moderno: a transição e a consolidação do futuro do presente 61
- 3.8 Gramaticalização em Tempo Real 68

4 Futuro do presente, em tempo aparente 71

- 4.1 A moderna perífrase verbal de futuro 71
- 4.2 As perífrases nas gramáticas 77
 - 4.3 A perífrase de futuro na língua portuguesa 79**
 - 4.4 Pelotas, espaço geográfico e educacional 83**
- 4.5 Metodologia 84
 - 4.5.1 BDS – Pampa 84
 - 4.5.2 Codificação dos dados 87
 - 4.5.3 VARBRUL – Análise quantitativa 88
- 4.6 - Resultado final e avaliação 89

5 Conclusão 95

Bibliografia 101

Resumo

O futuro do presente durante o seu processo evolutivo da língua latina à língua portuguesa teve como ponto de partida o conflito entre a forma sintética do latim clássico em *-bo* ou em *-am*, e a analítica do latim vulgar, formada pelo infinitivo do verbo principal e o indicativo do verbo *habere*. Muitas modificações morfológicas e o processo de gramaticalização do “habeo” passaram a forma analítica para a forma padrão sintética do português moderno, em *-ei*. Hoje, sobrepondo-se à forma padrão, tem-se a forma perifrástica, constituída pelo verbo *ir* e o infinitivo do verbo principal. É, portanto, uma pesquisa de caráter diacrônico, uma vez que a variação do passado se concretizou (como em *studebo ~ studere habeo*) e variacionista, porque hoje, em tempo aparente, detecta-se uma mudança em curso (conforme o exemplo *vou estudar ~ estudarei*). Essa alternância de formas sintéticas e analíticas permite concluir que há um aspecto cíclico na formação do tempo futuro em português.

Abstract

The simple future its evolutive process from the latin language to Portuguese had as a starting point conflict between the synthetic form of classical latin in *-bo* or in *-am*, and the analytic form of vulgar latin, built by infinitive form of the main verb and the indicative form of the verb "*habere*". Many morphological changes the grammaticalization of "*habeo*" turned the analytic form into the synthetic standard form of modern Portuguese, in *-ei*. Nowadays, superposing the standard form, we have the periphrastic form, made by the verb "*ir*" and the infinitive form of the main verb. Hence, it is a diachronic research, because the variation of the past was consummated (as in *studebo ~ studere habeo*), and it is also a research in variation, considering that today, it is possible to observe a change in apparent time (in conformity with the example *vou estudar ~ estudare*). This alternation of analytic and synthetic forms allows one to conclude there is cyclical aspect related to the future clause in portuguese.

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro

Quadro 1 - Caracterização do *corpus*

Tabelas

Tabela 1: Variável faixa etária

Tabela 2: Variável escolaridade

Tabela 3: Variável sexo

2. Pressupostos teóricos

A pesquisa relatada neste trabalho está fundamentada essencialmente na Teoria da Variação e Mudança Lingüística de Labov. Em sua trajetória, as perífrases surgiram como uma variante da forma padrão, como uma outra forma de expressão, mas acabaram sobrepujando a forma gramaticalmente aceitável, de tal forma que foram incorporadas à língua e à gramática. Essa trajetória evolutiva do futuro do presente “parece” estar se repetindo no presente, com gramaticalização de “ir + infinitivo”.

2.1 Lingüística histórica

No final do século XVIII, a lingüística histórica é marcada pela descoberta e pelo estudo do sânscrito, a língua clássica dos hindus, pelos europeus, o que acaba impulsionando, em 1808, a publicação do texto “*Sobre a língua e a sabedoria dos hindus*”, de F. Schlegel, que dá início ao método comparativo, uma vez que o autor comprova o parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa. No entanto, foi F. Bopp com a obra “*Sobre o sistema de conjugação da língua grega, latina, persa e germânica*” que atestou a correspondência sistemática entre as línguas mencionadas, através de uma comparação detalhada de sua morfologia verbal. A lingüística histórica, propriamente dita, só se concretizaria com Jacob Grimm (1785-1863), na 2ª edição da “*Gramática alemã*”, quando constatou a existência de correspondências fonéticas entre as línguas como resultado de mutações no

tempo que depois seriam as bases das leis fonéticas do movimento neogramático. A partir de Grimm, instala-se a Lingüística histórico-comparativa. Nesse ambiente desenvolve-se a lingüística românica de Friedrich Diez (1794-1876) que se deteve no estudo histórico comparativo das línguas provenientes do latim.

A lingüística histórica, na primeira metade do século XIX, tinha como meta a busca da protolíngua ou língua-mãe, num movimento denominado “*a busca da protolíngua*”. Os historiadores da língua utilizavam o *método da reconstrução comparada*, em que contrastavam as línguas à procura de semelhanças. August Schleicher aproveitou o método da reconstrução comparada para elaborar o conceito de árvores de famílias lingüísticas, agrupando as línguas estruturalmente diferentes entre si, mas originárias de um tronco comum, a partir do fenômeno de fusão e rupturas entre as línguas. Foi através desse método que se estruturou a família de línguas indo-européias composta, entre outros, pelo grupo Balto-Eslavo, o Armênio, o Germânico e o Itálico e deste último, tem-se o latim e as línguas neolatinas: o romeno, o italiano, o francês, o provençal, o catalão, o espanhol e o nosso português.

2.2 Neogramáticos

Na segunda metade do século XIX, aparece um grupo de historiadores lingüistas autodenominados “neogramáticos” formado por H. Osthoff, Brugmann, A. Leskien e H. Paul. Os neogramáticos incentivavam o estudo das línguas presentes, “vivas” e rechaçavam a busca da protolíngua, das “línguas velhas”, já que o objeto de estudo era o mecanismo de mudança. A escola

neogramática estava calcada em dois princípios: o primeiro, denominado *Princípio da regularidade da mudança fonológica* em “*que as mudanças sonoras se davam num processo de regularidade absoluta, isto é, as mudanças afetavam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceção*” (Faraco, 1998, p. 89), não se levando em conta as funções morfológica, sintática e semântica; o segundo referia-se a mudanças explicadas pela analogia que pode estar presente nos períodos atuais e antigos. Desse modo, esse princípio explicava o que não se enquadraria no primeiro. A doutrina dos neogramáticos teve profunda influência nas pesquisas em lingüística histórica, sendo de especial importância a aplicação de seus princípios nos trabalhos dos filólogos Coutinho (1976), Bueno (1967), Maurer Jr. (1959) e Said Ali (1964) sobre a história da língua portuguesa. O princípio da regularidade das leis fonéticas e sua aplicação a todos os contextos, sem exceção, gerou uma grande polêmica com a teoria da difusão lexical que, até hoje, gera interesse de pesquisadores, destacando-se os trabalhos de Labov (1981 e 1994), tentando solucionar a controvérsia.

Nesta pesquisa, a parte histórica baseou-se na descrição que esses autores fizeram do latim e do português em épocas remotas para, assim, mostrar a evolução do futuro do presente. Tornou-se necessário caracterizar o sistema verbal em períodos diferentes, começando pela língua latina cuja forma perifrástica “**Infinitivo do verbo principal + indicativo do *habere***” do latim popular concorria com formas em *-bo* ou em *-am* do complexo sistema verbal da língua culta. Como o processo evolutivo não cessa, no português arcaico o verbo auxiliar da forma perifrástica evoluiu de *habeo* > ***ai***, *habes* >

ás, habet > **at, habemus** > **émus, habetis** > **étis, habent** > **ánt**, formas que, num segundo momento, passaram a figurar junto ao verbo principal tornando-se sua desinência: *estudar' aio* > *estudaraio* ou *estudareio*. A antiga forma analítica chegou ao português moderno como uma forma sintética em –ei (*estudarei*) que, por sua vez, concorre com outra forma perifrástica formada pelo verbo IR (presente do indicativo) + infinitivo do verbo principal (*vou estudar*).

2.3 Diacronia e sincronia de Saussure

Acompanhar a evolução de uma forma gramatical ou de todo o sistema de uma língua é a função da lingüística histórica, que procura explicitar o processo de transformação e identificar seus elementos desencadeadores. Para F. Saussure era fato incontestável a permanente mudança das línguas, abordada por ele na dicotomia diacronia e sincronia, no livro *Curso de lingüística geral*, lançado em 1916.

A lingüística diacrônica está relacionada ao aspecto histórico, portanto dinâmico, enquanto o sincrônico preocupa-se em descrever o sistema lingüístico numa determinada época, denominada, com muita controvérsia, de estática. Esses estudos, segundo Saussure, não estão totalmente dissociados, uma vez que a diacronia remonta aos diversos estados sincrônicos da língua que também possui uma história no momento em que expõe a realidade lingüística de um sistema ou de um dialeto. A lingüística, no padrão saussuriano, determina a precedência da sincronia sobre a diacronia porque, para comparar a língua em diversas épocas, é necessário descrevê-la em cada

uma dessas etapas. Tal fato torna a teoria em questão quase impossível, porque remontar a história de uma língua implica estudar formas variantes do passado que determinaram a mudança no presente, ou seja, a língua é constantemente dinâmica e não está restrita a períodos de imobilidade, como propõe o autor. Na área da fonologia, por exemplo, é difícil realizar tal tarefa já que não há documentos de língua oral.

2.4 A teoria variacionista de Labov

A teoria da mudança lingüística proposta por Weinreich, Herzog e Labov (apud TARALLO, 1990) pressupõe que as línguas não são sistemas homogêneos. Ao lado de unidades e construções invariantes aparecem pontos na estrutura em que há “*várias maneiras de dizer a mesma coisa*”: são as variantes lingüísticas, definidas por Tarallo (1990, p. 8) como “*diversas maneiras de se dizer a mesma coisa, em um contexto e com o mesmo valor de verdade*”. A um conjunto de variantes dá-se o nome de “variável lingüística”.

Nesta pesquisa, a variável lingüística é a expressão do futuro do presente que, na sua história, apresentou dois casos de mudança, em duas épocas distintas. Num primeiro momento, no Império Romano, houve as variantes *amabo* ~ *amare habeo*: *amabo*, ao longo do processo evolutivo, desapareceu e a forma perifrástica (*infinitivo + habeo*) gramaticalizou-se em “*amare*”. Na época atual, a forma “*amare*” concorre com a expressão “vou amar”. A primeira ainda domina no português escrito formal e a segunda, na fala, também já começa surgir em textos escritos.

Dessa forma, está se interessado na trajetória da representação do futuro do presente do latim clássico ao português contemporâneo, foram consideradas as variantes de forma sintética (variável padrão e conservadora) e perifrástica (variação inovadora, não padrão), conforme ilustra brevemente o esquema a seguir:

*amabo ~ **amare habeo** > amar' aio > amar hei > amarei> ...~ vou amar*

Além da caracterização das línguas em diversos períodos, é importante confrontá-los para identificar as mudanças e, assim, apontar os elementos desencadeadores desse processo, que determinam a sobrevivência de uma forma em detrimento de outra, uma vez que a língua está em constante variação e mudança. Nesse contexto, a sociolinguística de W. Labov, lançada em 1963, procura relacionar as formas variantes a determinados fatores extralingüísticos, tais como sexo, faixa-etária, ordem social, cultural e econômica entre outros. Esses fatores comprovam a heterogeneidade da língua, manifestada pelo falante, já que, dependendo do contexto mais ou menos formal, poderá ele utilizar uma ou outra forma.

Segundo Labov, para as pesquisas em tempo aparente, a faixa etária é apontada como um dos fatores extralingüísticos de muita relevância: os falantes mais velhos procuram preservar as formas mais antigas da língua, mostrando-se resistentes à mudança, enquanto as gerações mais novas tendem às inovações lingüísticas.

No que diz respeito ao sexo, essa variável relativa à sintaxe e à fonologia tem-se mostrado pouco significativa, no que tange à mudança lingüística. De forma geral, o papel da mulher está normalmente vinculado às formas inovadoras, talvez pelo contato contínuo e normalmente diário com os

filhos, enquanto os homens mantêm uma postura mais conservadora em relação à língua. Esses aspectos lingüísticos apontados para homens e mulheres não são absolutos, porque há pesquisas que indicam o contrário, as mulheres como conservadoras e os homens privilegiando as formas inovadoras.

A escolaridade pode indicar um diferencial quanto à classe social ou ao *status*, permitindo supor que, quanto maior for a escolaridade, maior será a ocorrência da forma padrão, prestigiada pelo ensino. A escola não poderia deixar de ser mencionada pela contundente influência no comportamento lingüístico do aluno, talvez pela forma direta com que atua sobre o seu discurso.

Os estudos sociolingüísticos podem também revelar que, durante o embate de gerações, haverá um período em que duas ou mais formas concorrerão entre si. Elas poderão ser observadas em tempo aparente, ou seja, ainda em andamento, mas caberá à geração mais nova privilegiar uma das variantes, impulsionando a mudança, que nunca será imediata e, sim, gradativa. O pesquisador poderá, também, recorrer à comparação de estados sincrônicos da língua de formas efetivadas em tempo real.

Em 1968, Labov, Weinreich e Herzog firmam os princípios da teoria sociolingüística, atestando que a mudança lingüística não ocorre aleatoriamente, mas a partir da generalização de uma forma variante, que indica, assim, o comportamento lingüístico de uma comunidade. O fato de haver variabilidade e heterogeneidade não implicam necessariamente em mudança, mas são imprescindíveis a ela. Desse modo, descartam definitivamente a associação entre estrutura da língua e homogeneidade, uma

vez que a língua não é homogênea. Segundo LABOV (apud TARALLO, 1990), a teoria da mudança lingüística pode tratar de cinco problemas, que devem nortear qualquer pesquisa nessa área:

1. os princípios/fatores restritivos (...): conjunto(s) de possíveis mudanças e possíveis condições para mudanças que podem (possam) ocorrer em uma estrutura de um determinado tipo;
2. o encaixamento (...): “Como as mudanças observadas estão encaixadas na matriz de concomitantes lingüísticos e extralingüísticos das formas em questão? Que noutras mudanças se encontram associadas a determinadas mudanças de uma maneira não acidental?”;
3. a avaliação: “Como as mudanças observadas podem ser avaliadas em termos na estrutura lingüística, na eficácia comunicativa (...), e na ampla gama de fatores não-representacionais envolvidos na fala?”;
4. a transição: “Os estágios intermediários que podem ser observados, ou que devem ser postulados, entre quaisquer duas formas de uma língua definida para uma comunidade lingüística em momentos diferentes”;
5. a implementação (...): que fatores são responsáveis pela implementação de mudança? Por que mudança de um traço estrutural acontecem em uma determinada língua em um dado momento, mas não em outras línguas com o mesmo traço, ou na mesma língua em outros momentos?”.

Labov, em 1982, organizou as áreas que estão relacionadas com o problema da mudança: a) mudanças em progresso em comunidade urbanas; b) análise da variação em textos históricos; c) mudança lingüística em *pidgins* e crioulos; d) dialetologia; e) mudanças lingüísticas em comunidades pequenas; f) línguas em desaparecimento; g) aquisição da língua e h) estudo sistemático

da variação. A partir dessas áreas de estudo, foi possível estabelecer os fundamentos empíricos para uma teoria lingüística.

O estudo da variação lingüística pode contribuir para a investigação e o entendimento dos processos de evolução da língua como, por exemplo, a expressão do futuro. No latim clássico tinha-se uma forma sintética (*imperabo*) que veio a ser substituída por uma forma analítica (*imperare habeo*). Esta última, por um processo de gramaticalização tornou-se também sintética – o verbo auxiliar “*habeo*” se tornou desinência – e veio a ter hoje, novamente, a concorrência de uma forma analítica (IR + infinitivo), estabelecendo nova variação na expressão do futuro.

A teoria da mudança e da variação lingüística muito contribuirá para que se possa entender e investigar os processos de evolução da língua. Pode-se também afirmar que essas teorias de Schlegel a Labov, princípios e leis colaboraram para que a lingüística histórica obtivesse o *status* de ciência.

2.5 Gramaticalização

A gramaticalização, formada a partir das teorias de Hoper & Traugott (1993), Heine (1992), Heine *et alii* (1991), Givón (1979), e outros, centraliza seu estudo na constituição das formas gramaticais. Ela permite estudar duas expressões em conflito - uma livre das restrições gramaticais, indicando uma forma nova de uso amplo, e outra que está sujeita às restrições da norma da língua.

A gramaticalização pode ter caráter diacrônico, porque mostra a evolução de um termo ou de uma língua, e sincrônico, uma vez que aponta as variações de um mesmo termo entre gerações ou entre classes sociais. Para

Heine *et alii* (1991), até 1977 o estudo da gramaticalização era essencialmente diacrônica, seja em relação à construção da trajetória de uma língua, seja para relacionar estruturas lingüísticas modernas com as anteriores. Após esse período as pesquisas centralizam-se na área da sincronia.

Segundo Hopper & Traugott (1993) há duas possibilidades de estudo da gramaticalização, uma essencialmente histórica e outra mais voltada para a sincronia. A opinião desses autores confronta-se com a de Heine *et alii* (1991) que afirmavam não haver uma separação rígida entre diacronia e sincronia, mas dependência. A divergência está entre o aspecto gradual do estudo diacrônico - embora um termo prevaleça sobre outro, eles coexistirão durante um período significativo - e o aspecto instantâneo da sincronia.

Além da dicotomia sincronia e diacronia, a gramaticalização apresenta a gramática como resultado de duas pressões: a cognitiva e a de uso. A primeira caracteriza-se pelo aspecto regular, devido ao modo como o homem interpreta e organiza mentalmente as informações decorrentes de sua interpretação estável. Na segunda, o aspecto criativo oportuniza a variação do sistema, gerador das irregularidades, o que a torna imprevisível. Essas duas forças regulam a gramática.

A comunicação direciona a língua para uma maior regularidade e iconicidade, fazendo da gramática uma instituição dinâmica. Não muito diferente de outras teorias lingüísticas, essas pressões impulsionam a língua para uma mudança. A gramaticalização é um desses processos, em que algumas construções gramaticais mudam de função e continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Tome-se como exemplo a antiga perífrase verbal de futuro, na qual o verbo *habere* tinha função de verbo auxiliar. No transcorrer

dos séculos, passou a centralizar a noção de futuridade. O processo evolutivo não cessou mais e, no campo da morfologia, o que era um verbo absoluto passou a constituir uma forma contracta (*habeo>hei*) que não se estagnaria como uma forma independente. O verbo, que antes concentrava a noção de futuridade, seria aglutinado ao verbo da locução (cantar*ei*), formando assim uma nova flexão de futuro, a de forma simples. Não há como precisar por quanto tempo uma forma sedimentada mantém-se na língua, pois cada povo e/ou cada língua tem uma dinâmica peculiar. No entanto, pode se assegurar que as mudanças são contínuas e geram outras mudanças.

Uma das características do processo de gramaticalização é a unidirecionalidade, já que possui caráter irreversível e toma uma direção específica. Heine & allii apresentam outras características gerais desse fenômeno (apud NEVES, 1997):

- a) precedência do desvio funcional (conceptual ou semântico), sobre o formal (morfossintático e fonológico);
- b) descategorização de categorias lexicais prototípicas;
- c) possibilidade de recategorização, com estabelecimento da iconicidade entre forma e significado;
- d) perda de autonomia de um elemento (uma palavra autônoma passa a clítica, um clítico passa a afixo);
- e) erosão ou enfraquecimento formal.

O processo de gramaticalização também envolve mudança em três segmentos da estrutura da língua: o funcional, o morfossintático e o fonético, que também incluem, nessa ordem, os processos funcionais (dessemantização, expansão e simplificação), que precedem os morfossintáticos (permutação, composição, cliticização e afixação), que também precedem os fonéticos (adaptação, fusão, perda). Todo esse processo é perceptível e, ao mesmo tempo, na evolução da perífrase de futuro “infinitivo

+ habeo”, que foi totalmente gramaticalizado e absorvido pelo português moderno.

Dentro da teoria de gramaticalização, Givón propõe um desenvolvimento cíclico das formas gramaticais, pois o surgimento de uma forma pressupõe obrigatoriamente o declínio de outra, e assim sucessivamente. Apesar de não ser uma unanimidade entre os teóricos, a proposição de Givón está assim esquematizada:

discurso > sintaxe > morfologia > Zero (> discurso)

A teoria de Givón corrobora o título da pesquisa “A evolução cíclica do tempo futuro, do latim ao português”, depois de sedimentado todo o processo de gramaticalização do verbo *habere* (*amare habeo* > *amar’ aio* > *amareio* > *amarei*). A forma lexical “*habeo*”, de acordo com a perspectiva histórica apresentada anteriormente, reduziu-se a uma unidade morfológica – sufixo – (*amare*e*i*), depois de longo processo evolutivo e hoje encontra uma forma concorrente de estrutura idêntica à do passado (Presente do indicativo do verbo IR + infinitivo do verbo principal). Todo esse processo evolutivo do tempo futuro vem ao encontro da proposição de Givón. Percebe-se, na atualidade, que a forma consagrada (sintética) de futuro, resultante da evolução desse tempo latino, passa por um declínio e, ao mesmo tempo, surge uma nova forma de futuro constituída pelo “presente do indicativo do verbo IR + infinitivo”, que está em plena ascensão. Essas duas formas coexistem hoje, na fala dos brasileiros, assim como no passado coexistiram no latim a forma sintética de prestígio de desinência em **-bo** ou em **-am** e a perífrase do latim vulgar “infinitivo + habeo”. É importante observar que ambas as formas sintéticas de

futuro, tanto no latim como no português, foram substituídas por locuções verbais cujas estruturas muito se assemelham.

As teorias apresentadas foram importantes, e ainda são, para a lingüística moderna, mas a pesquisa em questão se centralizou na teoria laboviana, através da qual se pode explicar a mudança por meio da variação de duas formas lingüísticas concorrentes e a situação dessas variantes em tempo aparente na cidade de Pelotas. Num segundo plano, está a teoria funcionalista e o conceito de gramaticalização, postulando sobre o processo de gramaticalização, em que a perífrase verbal de futuro hoje (IR + infinitivo) está inserida, mesmo que esse não seja o principal objetivo dessa pesquisa.

3 O futuro do presente: perspectiva histórica

3.1 Latim clássico

A Sociolingüística é o ramo da ciência da linguagem que se dedica a estudar a relação entre fatos lingüísticos e fatos sociais. Qualquer língua, em qualquer momento histórico, em qualquer lugar do mundo, nunca é compacta, uniforme. A principal característica das línguas humanas é sua heterogeneidade. A língua latina, a língua oficial do império romano, não podia escapar a essa realidade, apresentando basicamente duas variantes: o latim clássico¹, como sendo a língua aristocrática e culta que possuía uma estrutura gramatical rígida e um vocabulário apurado e o latim vulgar², a língua da plebe, língua do cotidiano, repleta de formas interpretadas como transgressões ou erros pela elite, e simplificações das formas de prestígio. No entanto, no império romano em que a expansão territorial era constante, o latim vulgar teve a posição de destaque por ser a língua do dominador, aquela que foi imposta nos territórios conquistados, sobrepujando os falares regionais e ocasionando mudanças lingüísticas impossíveis de serem contidas, que resultariam mais tarde nas chamadas línguas neolatinas.

O refinamento da língua latina deveu-se ao contato intenso com a cultura grega e começou a despontar no século III a.C., com o surgimento de escritores como Lívio Andronico (*Livius Andronicus*) e Ênio (*Quintus Enius*), tendo culminância no final da República com Cícero (*Marcus Tullius Cicero*) –

¹ Também denominado de *sermo urbanus*.

² *Sermo vulgaris*.

referencial de retórica nas línguas clássicas – e no reinado do imperador Otávio Augusto cuja determinação em tornar Roma um centro cultural foi decisiva. Nesse período, escritores como Virgílio (*Publius Virgilius Maro*) – autor do épico *Eneida* –, Horácio (*Quintus Horatius Flacus*), Ovídio (*Publius Ovidius Naso*), Propércio (*Sextus Propertius*), Tibulo (*Albius Tibullus*) e, posteriormente, o filósofo Sêneca (*Lucius Annaeus Seneca*), no reinado do imperador Nero, entre muitos outros, elevaram o latim ao *status* de língua literária, tornando-a rica em vocabulário e em requinte, capaz de servir às nuances da linguagem literária. Segundo DURANT, foram muitos os benefícios que a expansão do império trouxe a Roma:

[...] a vasta região que Roma havia conquistado não era toda barbaresca; uma grande área abrangia os povos de cultura helenística, refinados de língua, literatura e ciência, maduros em filosofia e belas-artes. Esta riqueza espiritual estava agora fluindo para Roma, estimulando a imitação, e a rivalidade forçando a língua e as letras latinas a se expandirem. Dez mil palavras gregas tinham entrado para o vocabulário latino, 10.000 estátuas e pinturas gregas enfeitavam o Fórum romano, templos, as ruas, as casas. (p. 184)

A elegia³ 12⁴ (v. 45-54) do livro III dos *Tristia* (Tristezas), do poeta Ovídio⁵, é um exemplo da sofisticação alcançada pelo latim, com uma linguagem rica e trabalhada, capaz de causar comoção aos leitores:

45. Is, precor, auditos possit narrare triumphos

³ “Composição destinada a exprimir tristeza ou sentimentos melancólicos.” (GOLDSTEIN, 1991)

⁴ “Possa ele, peço, narrar os escutados triunfos de César e os votos tributos a Júpiter Latino; e, finalmente, tu, rebelde Germânia, ter curvado a desventurada cabeça aos pés do grande chefe. Aquele que me referir essas coisas, que sentirei não ter visto, esse será imediatamente hóspede em minha casa. Ai de mim! Porventura a casa de Nasão está já no mundo da Cítia? Porventura o castigo me dá este lugar em vez do Lar? Que os deuses façam com que César não queira que aqui seja o Santuário e a casa, mas a hospedagem do meu castigo.” (NASO, 1952)

⁵ *Publius Ovidius Naso* (43 a.C-17 d.C.), poeta latino, exilado pelo Imperador Otávio Augusto, no ano 8 dC, na cidade de Tomos, no Ponto Euxino. Apesar das suposições, o motivo oficial do desterro é desconhecido.

46. Caesaris, et Latio reddita vota Jovi;
 47. Teque, rebellatrix, tandem, Germania,
 magni
 48. Triste caput pedibus supposuisse ducis.
 49. Haec mihi qui referet, quae non vidisse
 dolebo,
 50. Ille meae domui protinus hospes erit.
 51. Heu mihi! jamme domus Scythico
 Nasonis in orbe est?
 52. Jamque suum mihi dat pro Lare poena
 locum?
 53. Di faciant, Caesar non hic penetrare
 domumque,
 54. Hospitium poenae sed velit esse meae.
 (NASO, 1952)

Num momento de muita dor na vida do poeta romano, os *Tristia* revelam a característica principal de Ovídio: a prodigiosa facilidade com que escreve, a virtuosidade que não cessa de ostentar no relato das próprias infelicidades. A elegia duodécima, do terceiro livro dos *Tristia*, escrita em dísticos elegíacos, tem por tema a saudade da pátria sentida pelo poeta, que só encontra tristeza em Tomos, lugar do seu exílio, emurchecido por um inverno prolongado que suscita mais dor e desolação na sua alma ferida. Despojados de toda a vivacidade e furor da vida urbana, os *Tristia* deixam entrever um coração sofrido que não se envergonha de relatar a desdita. Nesse fragmento, especificamente, o poeta utiliza-se de uma linguagem elaborada cujo intento é fazer com que seus versos penetrem em Roma e comovam o grande César, mesmo que o poeta tenha de bajulá-lo. Percebe-se, através desses versos, a divinização do humano, na aproximação do imperador e de Júpiter – a maior de todas as divindades do Olimpo. Júpiter do Lácio é o título que confere o poeta ao imperador Tibério, de cujos triunfos na Germânia ele quer ouvir falar. Por meio de uma prosopopéia, invoca a Germânia como aquela rebelde que precisa curvar-se aos pés do grande chefe, César.

O latim clássico ofereceu ao poeta exilado uma linguagem expressiva, literária, capaz de exteriorizar a perplexidade diante de ambiente tão inóspito e o sofrimento, causado pela separação dos amigos, da esposa e da terra amada.

Ser grande em proporções geográficas não bastava aos romanos, era necessário atingir o nível intelectual de outras nações, como a Grécia, ícone da cultura clássica. Eles visavam assim projetar no futuro um passado glorioso, motivo por que os césores investiram na cultura, os poetas e prosadores aprimoraram a língua e os gramáticos a protegeram das transgressões populares, à época injustificáveis.

3.1.1 Sistema verbal do latim clássico e o tempo futuro

É nesse contexto cultural que a língua latina compunha um sistema verbal complexo, mas estruturalmente lógico. Nele, a língua aristocrática, constituía-se predominantemente de formas sintéticas, agrupadas em quatro conjugações cujas desinências de infinitivo eram *-āre*, *-ēre*, *-ĕre* e *-īre*, correspondendo, respectivamente, à primeira, segunda, terceira e quarta conjugações, enquanto as formas analíticas apareciam, por exemplo, na voz passiva do sistema do perfectum (*lectus est* – foi lido); até mesmo a voz passiva do infectum tinha forma sintética (*studetur* – é estudada).

Os tempos verbais da língua padrão latina agrupavam-se em dois sistemas: o do *Infectum*, que expressava um acontecimento, no presente, no pretérito ou no futuro, englobando os tempos e os modos: Presente do Indicativo, Pretérito Imperfeito do Indicativo, Futuro do Presente, Presente do

Subjuntivo, Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e o Imperativo; e o do *Perfectum*, abrangendo os tempos e os modos: Pretérito Perfeito do Indicativo, Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo, Futuro Perfeito do Indicativo, Pretérito Perfeito do Subjuntivo, Pretérito Mais-que-perfeito do Subjuntivo. Esses tempos verbais dividiam-se em duas categorias: tempos de ação incompleta – do *Infectum* – e tempos de ação completa – do *Perfectum*.

Os sistemas do *Infectum* e do *Perfectum* possuíam temas, de acordo com as quatro conjugações verbais latinas, geralmente diferentes entre os dois sistemas, nos quais eram fixadas as desinências número-pessoais. Além deles havia um terceiro radical denominado supino. O esquema abaixo apresenta um verbo de primeira conjugação, indicando as cinco formas enunciadas pelos dicionários, comumente chamados de “tempos primitivos”, entre os quais há três temas que dão origem a todos os tempos:



Nesse verbo de infinitivo em *-āre*, de primeira conjugação, é possível reconhecer os três temas, o do *infectum* em *-a*, o do *perfectum* em *-avi* e do supino *-um*; permitindo, assim, a construção do verbo no tempo e modo verbal desejados. O verbo, independentemente da conjugação, do tempo e do modo possuía um formato único:

{ [radical + vogal temática] tema + [sufixo MT + sufixo NP] }

Para o futuro do presente designavam-se duas desinências possíveis, uma para os verbos de primeira e segunda conjugações e outra para os de terceira e quarta conjugações, obedecendo à seguinte estrutura morfológica modo-temporal:

- tp + *bo* / tp + *bi* + SNP
- tp + *am* / tp + *e* + SNP

A primeira estrutura refere-se aos verbos de primeira e segunda conjugações e a segunda aos verbos de terceira e quarta conjugações. Para exemplificar a conjugação do tempo futuro apresentam-se os verbos *congrego,-as,- āre,-avi,-atum* (reunir) da primeira conjugação, *maneo,-es,- ēre,mansi,mansum* (ficar), pertencente à segunda conjugação, *lego,-is,- ěre,legi,lectum* (ler), referente à terceira conjugação verbal e *invenio,-is,- Tre,- veni,-ventum* (descobrir), da quarta conjugação:

<i>Congregabo</i>	<i>Manebo</i>	<i>Legam</i>	<i>Inveniam</i>
<i>Congregabis</i>	<i>Manebis</i>	<i>Leges</i>	<i>Invenies</i>
<i>Congregabit</i>	<i>Manebit</i>	<i>Leget</i>	<i>Inveniet</i>
<i>Congregabimus</i>	<i>Manebimus</i>	<i>Legemus</i>	<i>Inveniemus</i>
<i>Congregabitis</i>	<i>Manebitis</i>	<i>Legetis</i>	<i>Invenietis</i>
<i>Congregabunt</i>	<i>Manebunt</i>	<i>Legent</i>	<i>Invenient</i>

A partir dos verbos conjugados pode-se concluir que, assim como no latim clássico, os verbos portugueses são flexionados em todas as pessoas. Os verbos exemplificados corroboram a assertiva de que, no latim clássico, o sistema verbal na voz ativa era basicamente sintético.

3.1.2 O emprego do Futuro do presente

O tempo futuro, quando empregado em obras literárias e em documentos oficiais, obedecia à norma padrão dos romanos, o latim clássico. O poeta Ovídio, mesmo exibindo durante a carreira literária muitas inovações, procurava obedecer à norma, como se pode perceber na elegia 12, do livro III, dos *Tristia*, no verso 49 “*Haec mihi qui referet, quae non vidisse dolebo,*”

apresenta a forma *dolebo*, do verbo *dolēre* que, por pertencer à segunda conjugação, possui a desinência modo-temporal em *-bo*, de primeira pessoa.

Outros conterrâneos famosos do poeta Ovídio também mantiveram a escrita padrão, pois tinham consciência da necessidade de aprimorar a língua. Por esse motivo, observou-se, neste capítulo a necessidade de citar outros escritores romanos para melhor exemplificar o emprego do futuro do presente em obras literárias e documentos de cunho pessoal, citados abaixo.

Destaca-se o poema 8⁶ (apud NOVAK, 1992) do poeta Catulo (±87? - ±52? a.C.), autor de composições centradas na temática amorosa e personalidade muito controvertida para os padrões sociais da época:

12. Vale, puella. Iam Catullus obdurat,
13. Nec te requiret nec rogabit invitam;
14. At tu dolebis, cum rogaberis nulla.
15. Scaelesta, uae te; quae tibi manet vita!
16. Quis nunc te adibit? Cui videberis bella?
17. Quem nunc amabis? Cuius esses diceris?
18. Quem basiabis? Cui labella mordebis?
19. At tu, Catulle, destinatus obdura.(p.8-9)

O fragmento do poema apresenta os seguintes verbos flexionados no futuro: *rogabit* (v.13), *dolebis* (v.14), *adibit* (v.17), *amabis* (v.18), *basiabis* (v.19) e *mordebis* (v.19), cuja forma infinitiva corresponde respectivamente a *rogāre*, *dolēre*, *adīre*, *amāre*, *basiāre* e *mordēre*.

Retirou-se da obra de Vergílio (70-19 a.C.), célebre poeta do patriotismo romano, um trecho da Bucólica 1⁷(apud NOVAK, 1992):

Meliboeus

⁶ “[...] Adeus, minha jovem amiga. Catulo já resiste, / não mais irá te procurar, não mais te convidará / a um encontro, se não o desejares. / Mas tu chorarás quando não mais fores solicitada / Ai de ti, infeliz! Que vida te está reservada? / Que homem irá ter contigo? A quem parecerás bela? / Agora a quem amarás? A quem dirão que pertences? / A quem beijarás? De quem morderás os lábios? / Mas tu, Catulo, resiste”.

⁷ “Melibeus: Homem feliz, pois que os campos permanecerão em tua posse! / E são bastante extensos para ti embora haja pedras expostas, / e alagados cubram as pastagens com limoso junco. / Pastos estranhos não seduzirão os animais prenhes, / nem lhes causará dano alguma doença contagiosa do gado vizinho. [...]”

46. Fortunate senex, ergo tua rura manebunt!
 47. Et tibi magna satis, quamuis lapis omnia nudus
 48. Limosoque palus obducatur pascua iunco;
 49. Non insueta gravis temptabunt pabula fetas,
 50. Nec mala vicini pecoris contagia laedent.
 (p.48-49)

Nele os verbos apresentam as seguintes desinências de futuro: *manebunt* (v.46), *temptabunt* (v.49) e *laedent* (v.50), de infinitivos correspondentes à *manēre*, *temptāre* e *laedēre*.

A elegia II - 15⁸ (apud NOVAK, 1992) do poeta Propércio (±45 a.C - ±15 d.C.), compositor de elegias amorosas e nacionalistas, forneceu, para apreciação, os seguintes versos:

31. Terra prius falso partu deludet arantis
 32. Et citius nigros sol agitabit equos
 33. fluminaque ad caput incipient revocare liquores
 34. aridus et sicco gurgite piscis erit
 35. Quam possim nostros alio transferre Dolores (p.158-159)

O tempo futuro faz-se presente através das formas verbais *deludet* (v.31), *agitabit* (v. 32), *incipient* (v.33) originariamente de infinitivos *deludēre*, *agitāre* e *incipēre*.

Horácio (65-8 a.C.), poeta de muitas faces poéticas, que fazia a apologia do *carpe diem*⁹ e exaltava a moderação e a simplicidade, fornece o seguinte exemplo, do *liber secundus*, 3¹⁰, dos *Carmina* (apud NOVAK, 1992):

17. Cedes coemptis saltibus et domo
 18. uillaque, flauus quam Tiberis lavit,
 19. cedes, et exstructis in altum
 20. diuitiis potietur heres. (p.82-83)

⁸ “Antes a terra enganará o agricultor com uma falsa produção, / antes o sol conduzirá pelo espaço cavalos negros / e os rios farão as águas voltarem à nascente / e os peixes viverão sedentos num abismo seco / antes que eu possa transferir para uma outra o amor que sinto.”

⁹ Máxima da filosofia epicurista: “viva o dia”.

¹⁰ Odes, segundo livro, 3: “[...] Tu deixarás, ó Délcio, os bosques que compraste, / e a casa e a quinta, que o dourado Tibre banha, / deixarás; e a riqueza aos montes cumulada, / teu herdeiro a terá”.

Desse fragmento destacamos a marca de futuro no verbo *Cedes* (v.17), cujo infinitivo é *cedĕre*.

O trecho a seguir foi retirado da primeira parte da obra intitulada *As Catilinárias*¹¹ (apud LODEIRO, 1947) do grande orador romano Cícero (106-43 a.C.):

I. Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra? Quamdiu etiam furor iste tuus eludet? Quem ad finem sese effrenata jactabit audácia? Nihilne te nocturnum praesidium Palatii, nihil urbis vigiliae, nihil timor populi, nihil concursus bonorum omnium, nihil hic munitissimus habendi senatus lócus, nihil horum ora vultusque moverunt? Patere tua consilia non sentis.[...] (p.231)

Dois verbos desse fragmento exibem as desinências de futuro ativo *eludet* e *jactabit*, para os quais os infinitivos correspondentes são *eludĕre* e *jactāre*. Um terceiro verbo, *abutere*, também, está no futuro, mas difere morfologicamente dos demais por pertencer ao grupo dos verbos depoentes.

Por ter um caráter mais informal, escolheu-se um trecho de uma correspondência entre o orador e político Cícero, já mencionado anteriormente, com seu irmão Quinto Túlio Cícero, intitulado *Epistulae ad Quintum fratrem*, I, 1¹² (CÍCERO, 2000), que também seguia a carreira política na época:

XI.32 [...] Quibus si aduersamur ordinem de nobis optime meritum et per nos cum re publica coniunctum et a nobis et a re publica diiungemus; [...] (p.92-93)

¹¹ “I. Até quando enfim abusarás, Catilina, da nossa paciência? Por quanto tempo ainda este teu rancor zombará de nós? Até que ponto a (tua) audácia desenfreada se gabará? Nem (nada) a guarda a noturna do Palatino, nem as patrulhas da cidade, nem o temor do povo, nem o concurso de todos os bons (cidadãos), nem este lugar fortificadíssimo de o senado se reunir, nem o aspecto e o semblante destes te abalaram? Não percebes que teus planos estão descobertos? [...]”

¹² Título: “Das cartas para o irmão Quinto”; fragmento: “[...] Quanto a eles, se os enfrentarmos e a seus interesses, afastaremos de nós e do Estado um grupo social que tem merecido os melhores julgamentos de nossa parte e que por nossa obra, se encontra intimamente vinculado ao Estado.[...]”

No fragmento em questão, destaca-se o verbo *diungemus*, que também expressa futuro e possui a forma verbal de infinitivo correspondente à *diungere* (*disjungere*). Mesmo em se tratando de uma carta familiar, entre irmãos, em que se espera o emprego de uma linguagem despojada das regras gramaticais, o escritor romano mantém a composição retórica e gramatical que foram características, servindo de exemplo para as gerações vindouras. Os textos anteriores tinham um caráter totalmente formal, por se tratar de composições literárias, logo a linguagem escrita está de acordo com os padrões da época.

O latim clássico foi, e ainda é, amplamente estudado nas universidades e centros culturais do mundo ocidental, porque foi veículo de expressão de uma grande civilização, a romana, com seus prosadores, poetas, filósofos e historiadores. Essa foi a herança cultural de uma civilização gloriosa que os monges europeus da Idade Média conservaram, através das cópias realizadas meticulosamente pelos próprios, garantindo a perpetuação das obras; conforme as informações obtidas por intermédio de ILARI (1999):

Desta variedade do latim, conhecida como latim clássico e bem representada nas obras de autores como Cícero e Virgílio, chegaram até nós um bom número de documentos, graças ao trabalho dos copistas da idade média; por ela se interessaram estudiosos de todos os tempos e em particular os humanistas da Renascença; por isso ela ainda é hoje a variedade do latim a que as pessoas cultas melhor conhecem; [...] (p.58)

3.2 O latim vulgar

Falado pela camada popular de Roma, a plebe – sem origem nobre –, o latim vulgar abrangia uma sociedade diversificada e heterogênea cuja

linguagem indicava as influências de outras nações que convergiam para a grande metrópole, como os gregos, cartagineses, gauleses, germanos, iberos, entre outros. Esses imigrantes poderiam ser escravos, libertos, gladiadores, viajantes ou comerciantes que, cada vez em maior número, fundiam-se à população natural de Roma. O *sermo vulgaris* desenvolveu-se muito no período da República (508-30 a.C.), um período marcado pelas guerras civis, quando a cultura e a tradição romanas foram pouco prestigiadas, o que foi considerado um fator decisivo para o crescimento das manifestações populares.

O latim vulgar tornou-se facilmente compreendido pelos povos conquistados e pelas regiões vizinhas de Roma, ou seja, por essa população mista, porque era considerado um latim “*mais pobre, mais simples e menos sintético do que o literário*” (MAURER, 1962, p.63), resultado de um falar do povo comum, sempre dinâmico, “moderno” – quanto à receptividade às mudanças – e despreocupado das convenções aristocráticas. Os patrícios, ao contrário, defendiam o latim clássico com o intuito de manter o legado dos ancestrais contra a invasão estrangeiras, que aos poucos se infiltrava, minando a cultura romana. Mesmo assim, o *sermo urbanus* não conseguiu impedir a entrada de formas usuais do latim vulgar e essas mudanças ocorreriam num processo muito lento “*deste modo, muitas vezes o que parecia plebeu e rústico a uma geração é considerado elegante e aristocrático por outra posterior*” (MAURER, 1963, p. 55).

Reconstruir o latim falado tem sido uma tarefa árdua, porque não seguia os padrões literários da época, portanto era execrado; e hoje como há um escasso número de documentos com inscrições em *sermo vulgaris* que

conseguiu sobreviver à passagem dos séculos. Segundo Coutinho as poucas informações foram obtidas:

- a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correção das formas errôneas usuais;
- b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando;
- c) pelas inscrições que nos legaram humildes artistas plebeus;
- d) pelos cochilos dos copistas;
- e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores cultos, principalmente dos últimos tempos. (1967, p. 31)

Portanto não há obras escritas em latim vulgar, há fragmentos e pequenas inscrições, o que inviabiliza um estudo detalhado sobre a língua falada da civilização romana, como se fez no começo deste capítulo com relação ao latim clássico, quando foram citados vários escritores cujas obras serviram de exemplo do *sermo urbanus*. Mas podem ser mencionadas duas fontes de respeitável importância para análise do latim vulgar: o glossário do *Appendix Probi*, pertencente ao séc. III, as escrituras de Santo Agostinho (354-430 d.C.), as *Tabuinhas execratórias (defixionum tabellae)* e os epitáfios. Ainda há uma terceira fonte, o *Satyricon* de Petronio¹³ (?-65 d.C.), que não foi escrita em latim vulgar, mas as vezes recria a linguagem a linguagem popular através de algumas personagens.

No *Satyricon*, a personagem Trimalquião, que representa o novo-rico da alta sociedade romana, tenta dissimular a origem plebéia através de um comportamento extravagante e de uma linguagem que ora se mostra culta – do

¹³ Caio ou Tito (Caius ou Titus Petronius), conhecido como o *árbitro da elegância*, fez parte da corte do imperador Nero e por este foi condenado à morte, porque participou da Conspiração de Pisão.

sermo urbanus – e ora repleta de barbarismos (formas vulgares) e hiperurbanismos (formas exageradamente cultas). Podem ser citados alguns exemplos do *sermo vulgaris*, presentes na obra (in MAURER, 1962, p. 25): “*somniatur* (depoente: revela a insegurança no uso da forma gramatical com que não está familiarizado)”; “*quae oblitus eram* (verbo *oblivisci*)” e “*cenaveram* (os derivados do perfeito não tinham a sílaba *ve*)”.

Escrito por um gramático denominado Probo¹⁴, o *Appendix Probi* constitui-se de uma lista de 227 vocábulos ou expressões várias – um glossário – do latim vulgar com as respectivas correções segundo o padrão literário. Estas são as dez primeiras glosas, em que o autor primeiramente apresenta a forma de prestígio e depois a forma condenada (apud ILARI, 1999, p.71):

porphireticum marmor non purpureticum
 marmor
 tolonium non toloneum
 speculum non speclum
 masculus non masclus
 5 vetulus non veclus
 vitulus non viclus
 vernaculus non vernaclus
 articulus non articles
 baculus non vaclus
 angulus non anglus

O fragmento acima aponta os novos rumos do latim da época, quanto aos aspectos morfológico e fonético, mas condenados pelo *sermo urbanus*. Pode-se deduzir que esses eram os “erros” mais freqüentes cometidos pelos falantes, e por isso, houve a preocupação do gramático em listá-los, visando assim a frear o avanço dessas formas agramaticais.

Enquanto Probo procurava, com seu glossário, proteger a linguagem culta da displicência lingüística do latim popular, Santo Agostinho dava indícios explícitos da necessidade de adaptar a linguagem: “*melius est reprehendedant*

¹⁴ Provável professor e gramático, residente em Roma ou no norte da África, no século III d.C.

*nos grammatici quam non intelligant populi*¹⁵ (apud ILARI, 1999, p. 63), para que população inculta pudesse entender os sermões, de tal forma que fosse viabilizada a expansão do processo de cristianização. Logo, na visão de sacerdote, de nada serviria o emprego de formas eruditas num ambiente em que a única língua empregada era o latim falado, nesse início do século IV. Séculos depois a igreja ordenava a seus representantes:

Ut easdem homilias quisque transferre studeat in rusticam romanam aut thiotiscam, quo facilius cuncti possint intellegere quae dicuntur.¹⁶

Ainda como exemplo de registros em latim vulgar, apresenta-se a seguir uma inscrição execratória do séc. II d.C., de origem cartaginesa cuja linguagem é mais popular, acessível:

Te rogo que infernales partes tenes, commendo tibi Iulia Faustilia, Marii filia, ut eam celerius abducas et ibi in numerum tu abias.¹⁷

Neste texto execratório, pode-se apontar também para uma das mudanças concretizadas no *sermo vulgaris*, que diz respeito à ordem direta da frase, substituindo os casos flexionados do latim clássico.

O declínio do Império romano e a ascensão do cristianismo permitiram que textos de cunho religioso fossem escritos numa linguagem popular, mesmo que num número muito reduzido, efetivando mudanças que no latim já existiam, mas eram repudiadas pelo padrão erudito. Essas eram atitudes

¹⁵ “Antes ser repreendido pelos gramáticos do que não ser compreendido pelo povo”.

¹⁶ [que cada um se aplique em traduzir claramente as mesmas homilias na língua romana rústica ou na germânica, a fim de que todos possam compreender mais facilmente o que se diz]. (apud ILARI, 1999, p. 63)

¹⁷ [A ti, que dominas as regiões infernais, peço e encomendo Júlia Faustila, filha de Mário, para que leves mais rapidamente e a conserves aí no número (dos mortos)] (apud COUTINHO, 1976, p. 36-37)

compreensíveis, pois se tratava do confronto entre o padrão rígido de uma sociedade conservadora – o patriciado – e o comportamento vulnerável de uma classe heterogênea, como a plebe. Logo, o escasso acervo descortina um problema lingüístico que há séculos permeia as civilizações e que diz respeito à marginalização da língua falada. Por isso, as fontes para estudar o *sermo vulgaris* são preciosidades lingüísticas.

3.2.1 Inovações do latim vulgar

O latim vulgar apresentava uma estrutura morfológica simples e analítica, que abrangia também os aspectos sintático e fonético da língua, resultando normalmente em alterações semânticas irreparáveis. Uma das conseqüências seria a total eliminação do termo ou estrutura lingüística que causasse confusão para o usuário da língua. As simplificações do latim vulgar não pouparam, nem mesmo, o gênero dos substantivos latinos, motivadas pela confusão entre o gênero masculino e o neutro, prevalecendo apenas o masculino.

Pode-se também citar a redução do número de declinações que, no latim clássico, era constituído de cinco conjuntos paradigmáticos, mas se reduziu a três, uma vez que as desinências nominais da quarta declinação e da quinta eram facilmente confundidas com os paradigmas das primeiras declinações. Assim, os nomes pertencentes à quarta declinação (*exercitus, us*) e à quinta (*plebes, -e*) passaram respectivamente à segunda declinação (*exercitus, i*) e à terceira (*plebs, is*). Mas, de todas as mudanças ocorridas na língua latina, nenhuma delas teve tanta influência sobre os demais aspectos da

língua quanto a perda da quantidade – da duração -, o acento que atingiu diretamente o sistema verbal.

No sistema vocálico do latim clássico, as vogais possuíam valor quantitativo, podendo ser longas e breves. Era a distinção quantitativa uma herança do indo-europeu, em que as vogais, tanto tônicas quando átonas, estavam sujeitas à distinção de duração. Assim, uma vogal longa recebia uma inflexão mais demorada da voz, indicada graficamente pelo sinal denominado macron (--), e, quando breve, apresentava realização mais curta, apontada pelo sinal de braquia (^u). A produção de uma vogal longa corresponderia ao tempo de duas breves. Através desse acento era possível distinguir, no latim clássico, as palavras *pŏpulum* (povo) de *pōpulum* (choupo) e os verbos da segunda conjugação de infinitivo *-ēre* e os da terceira de infinitivo *-ĕre*, diferenciando-se apenas pela duração, uma vez que ortografia de ambos eram iguais.

A quantidade da vogal, pertinente no latim clássico, foi a única característica que não permaneceu na língua portuguesa e nas demais línguas românicas. Na realidade, o emprego da duração como fator distintivo foi destituído pela coloquialidade do latim vulgar, que determinou muitas mudanças fonológicas no latim e nas línguas neolatinas. A quantidade, que a princípio tinha a finalidade de distinguir os casos¹⁸, deu lugar a um sistema prosódico acentual que nas línguas românicas originaria um sistema fonêmico, constituindo-se de três grupos distintos: as vogais tônicas, pretônicas e as átonas finais. Importa ressaltar que, se a quantidade, como tal, desapareceu, sua influência permaneceu na prosódia, a saber: em vocábulos de mais de

¹⁸ O caso latino referia-se a uma desinência nominal específica que cada vocábulo recebia pela função sintática do mesmo na frase. Eram os casos: o nominativo (sujeito), o acusativo (objeto direto), o vocativo, o dativo (objeto indireto), o genitivo (adjunto adnominal) e o ablativo (adjunto adverbial).

duas sílabas, sendo longa a penúltima sílaba, o vocábulo será paroxítono: sendo breve, o vocábulo será proparoxítono: *divīna* (m), *discipŭlum* (m).

Na morfologia, pode-se destacar a preferência por estruturas analíticas, para a formação do grau dos adjetivos que no latim clássico era absolutamente sintética. Assim, obter-se-ia para adjetivo *dulcis* a forma comparativa sintética *dulcior* e para o superlativo, *dulcissimus*, mas o latim vulgar usaria uma perífrase acompanhada do advérbios *magis* e do substantivo *plus* para o comparativo (*magis / plus dulcis*) e o advérbio *multum* para o superlativo (*multum dulcis*).

Ainda se pode mencionar, entre as muitas inovações do latim, nas áreas morfológica e sintática, a inserção do artigo, que inexistia no *sermo urbanus*, porque o latim vulgar apresentava um “gosto acentuado pelas formas concretas e expressivas” (MAURER, 1962, p. 184), ao invés dos termos de significado amplo e impreciso que poderiam gerar confusão e exigir um raciocínio interpretativo por parte do falante. Os pronomes demonstrativos de terceira pessoa *ille*, *illa* e *illud* forneceram às línguas românicas os artigos e os pronomes pessoais, como exemplifica o processo evolutivo a partir do pronome *illa* feminino: *illa* > *ela* > *la* > *a*.

Com a queda do acento quantitativo, a perda dos casos, a perda das consoantes finais e as modificações fonéticas, houve uma reestruturação da sintaxe tradicional, baseada agora na flexão, dando assim lugar às formas analíticas, nos verbos, e a uma estrutura frasal calcada na ordem das palavras. O latim vulgar promoveu uma reforma total no latim e que lentamente foi modificando a língua padrão. Pode-se apontar como sendo uma tendência da

língua latina, conseqüentemente das neolatinas, a formação de formas analíticas em alguns aspectos da língua.

Muitas foram as inovações realizadas pelo latim vulgar e apenas algumas foram citadas neste trabalho, a fim de exemplificar a grande capacidade criadora da língua falada pelos romanos, há mais de dois mil anos.

3.2.2 O sistema verbal e o Futuro do presente no latim vulgar

Essa hiperatividade lingüística – variações e mudanças – a que o *sermo vulgaris* estava submetido, como qualquer língua falada, contrapõe-se ao latim clássico, quanto a seu caráter essencialmente sintético e muitas vezes complexo. O latim vulgar empregava com mais intensidade que o *sermo urbanus*, verbos auxiliares, preposições e advérbios, permitindo uma maior simplicidade e clareza para o falante. As questões abordadas a seguir ilustram um pouco essa grande revolução lingüística. Num trabalho deste perfil, seria impossível explicitar toda a mudança sofrida no sistema verbal da língua latina.

No sistema verbal do latim clássico, havia quatro conjugações características, como já foi dito no início deste capítulo, em *-āre*, *-ēre*, *-ĕre* e *-īre*, mas existia no latim vulgar uma confusão reinante entre os verbos das quatro conjugações. Alguns verbos da segunda conjugação passaram para a terceira ou para a primeira conjugação e o mesmo fenômeno ocorreu com os demais verbos, sendo que diferenças existentes entre a segunda conjugação (*-ēre*) e a terceira (*-ĕre*) foram enfraquecidas em função da queda do acento quantitativo do latim clássico, que distinguia os dois infinitivos. Mas, no latim clássico, essas duas conjugações também eram motivo de confusão, uma vez

que havia verbos que ora poderiam ser conjugados como na segunda e, em outro momento, como um verbo de terceira conjugação, como por exemplo, os verbos *fervĕre* e *fervĕre* (ferver), *stridĕre* e *stridĕre* (ranger), entre outros que se comportavam desse modo.

O resultado dessa reestruturação verbal refletiu-se na redução das conjugações, de quatro conjugações no latim clássico para três no latim vulgar, com infinitivos em *-are*, *-ere*, e *-ire*. Na Península Ibérica, a utilização exclusiva da segunda conjugação (*-ĕre*), em relação à terceira conjugação surgiu, não porque tivesse acontecido uma fusão das duas conjugações, mas porque foi a preferida pela região romanizada e, portanto, a mais utilizada.

Dessa movimentação e indefinição verbal, os menos atingidos foram os verbos de infinitivo em *-are* e em *-ire*. A primeira conjugação tinha uma posição de destaque, e ainda tem, pois é a ela que os falantes recorriam para criar novos verbos, por exemplo: do substantivo *oculus* criou-se o verbo *oculare*, por ser de fácil conjugação.

Dentre as muitas perdas sofridas no sistema verbal do latim clássico, destaca-se a predominância das formas analíticas sobre as sintéticas. Aponta-se primeiramente, o caso da voz passiva do *infectum*: de estrutura sintética, tinha na desinência verbal o indicativo da voz passiva. A frase “*cantatur vita romana*” (a vida romana é cantada), por exemplo, em que o verbo se apresentava na forma sintética, deu lugar à forma perifrástica “*vita romana cantata est*”, atingindo, assim, os demais tempos verbais da voz passiva do *infectum*. A voz passiva do *perfectum*, que, a princípio, tinha a estrutura analítica, conseqüentemente teve o seu verbo auxiliar “*esse*” (ser) modificado para não ser confundido com a nova forma da voz passiva do *infectum* e de

“*vita romana cantata est*” (a vida romana foi cantada) passou à “*vita romana cantata fuit*”, indicando literalmente uma ação do passado. Esse novo comportamento lingüístico atingiu todos os tempos verbais da voz passiva latina, tanto do *infectum* quanto do *perfectum*.

Outra forma sintética que se perdeu foi o futuro do presente, objeto de estudo desta pesquisa, cuja estrutura e mudança morfológica serão discriminados no próximo item.

3.2.3 Formação do futuro analítico:

Um dos fatores relevantes que propiciaram o desaparecimento do futuro sintético em *-bo*, da primeira e da segunda conjugações, deve-se à semelhança de algumas formas com o pretérito perfeito do indicativo, como explicita a conjugação do verbo *educāre* a seguir:

Pretérito perfeito	Futuro do Presente
<i>Educavi</i>	<i>Educabo</i>
<i>Educavisti</i>	<i>Educabis</i>
<i>Educavit</i>	<i>Educabit</i>
<i>Educavimus</i>	<i>Educabimus</i>
<i>Educavistis</i>	<i>Educabitis</i>
<i>Educaverunt</i>	<i>Educabunt</i>

Há proximidade fonética entre as formas *educavit* – *educabit* e *educavimus* – *educabimus*, ocasionadas freqüentemente pelos fonemas [b] e [v], justamente nas desinências modo-temporais (*-vi* e *-bi*) do verbo *educare*, incitou os falantes a buscarem uma outra forma que não lhes causasse, no mínimo, dúvida em relação ao tempo do verbo. O recurso escolhido pelos

falantes foi uma forma perifrástica, formada pelo “infinitivo do verbo + presente do indicativo de *habere*”; convergindo assim para uma tendência - mencionada no item anterior, que atingiu a voz passiva tanto do *infectum* quanto do *perfectum* - do latim vulgar em substituir as formas sintéticas pelas analíticas.

Quanto à morfologia do verbo *educavi*, é importante destacar que a princípio o alfabeto latino não possuía a consoante “v” e utilizava em seu lugar, a vogal “u”: originalmente, o verbo citado era escrito *educaui*. E “u” intervocálico evoluiu para “v” no latim, como decorrência do aperfeiçoamento das línguas e das mudanças naturais a que estão submetidas. A proximidade fonética entre o [b] e o [v], no português moderno, tanto na Península Ibérica, quanto no Brasil, propicia a variação [v] ~ [b] em alguns vocábulos, uma vez que possível encontrar as formas *vassoura* ~ *bassoura* e *bravo* ~ *brabo*.

Alguns verbos da terceira e da quarta conjugações apresentavam formas de futuro que se assemelhavam ao presente do subjuntivo e ao presente do indicativo, pois possuíam semelhança fonética, morfológica e, inclusive, formas *ipsis litteris*.

Presente do subjuntivo	Futuro do Presente
Legam	<i>Legam</i>
<i>Legas</i>	<i>Leges</i>
<i>Legat</i>	<i>Leget</i>
<i>Legamus</i>	<i>Legemus</i>
<i>Legatis</i>	<i>Legetis</i>
<i>Legant</i>	<i>Legent</i>

No verbo *legere* (ler), entre o presente do subjuntivo e o futuro do presente, podem ser apontadas duas formas idênticas na primeira pessoa, acarretando um problema concreto aos falantes. Além desse problema, havia a

semelhança fonética entre as demais pessoas da conjugação dos dois tempos verbais, atingindo, mais uma vez, as desinências modo-temporais. O mesmo problema atingiria a segunda e a terceira pessoas da conjugação, nos tempos do presente do indicativo e do futuro do presente, como ilustra a flexão do verbo *legere*, abaixo:

Presente do indicativo	Futuro do Presente
Lego	Legam
<i>Legis</i>	<i>Leges</i>
<i>Legit</i>	<i>Leget</i>
<i>Legimus</i>	<i>Legemus</i>
<i>Legitis</i>	<i>Legetis</i>
<i>Legunt</i>	<i>Legent</i>

As semelhanças expostas anteriormente deveriam induzir o povo a freqüentes equívocos. Conseqüentemente a língua falada eliminou essas formas, uma vez que o *sermo vulgaris* prima pela clareza e simplicidade das formas empregadas. Utilizou-se, então, uma perífrase verbal, assim constituída:

Infinitivo do verbo + indicativo do verbo *habere*

O exemplo abaixo ilustra a flexão do verbo *studere*, no futuro imperfeito, obedecendo à forma perifrástica do *sermo vulgaris*, que se constituiria em *studere habeo* (estudar hei):

<i>Studere habeo</i>
<i>Studere habes</i>
<i>Studere habet</i>
<i>Studere habemus</i>
<i>Studere habetis</i>
<i>Studere habent</i>

Através dessa conjugação pode-se concluir que o verbo principal mantinha-se no infinitivo, em todas as pessoas, enquanto o verbo auxiliar flexionava-se no presente do indicativo. Essa mesma composição verbal poderia ocorrer com a inversão da ordem dos elementos que a formam, ou seja, primeiro o verbo *habere*, no indicativo, e depois o verbo principal, no infinitivo (*habeo + studere*). No lugar de *habere*, também eram empregados os verbos *volle* (*volo + infinitivo*), *debere* (*debeo + infinitivo*) ou, ainda, *venire* (*venio + infinitivo*).

A utilização do presente do indicativo para expressar a noção de futuro, reflete um hábito lingüístico muito peculiar do latim vulgar e, posteriormente, das línguas românicas, cuja relação está na necessidade, segundo MAURER, de marcar as “*intenções, planos e expectativas do presente*”.

Poucos são os textos escritos, em latim vulgar, nos quais aparece o emprego do futuro perifrástico, por motivos já apresentados anteriormente. No entanto, os textos que servirão de exemplo coincidem com a época expansionista do Cristianismo, em que se pregava o ideal de igualdade e de fraternidade e, por essa razão, a linguagem dos pregadores tinha de ser clara e acessível. No fragmento “*tempestas illa tollere habet totam paleam de area*”¹⁹, pertencente a Santo Agostinho (apud MAURER, 1959, p. 125), a forma perifrástica de futuro constitui-se dos verbos “*tollere + habet*”.

O outro texto diz respeito à descrição de uma viagem à Terra Santa feita por um grupo de peregrinos, sob o comando de uma monja conhecida apenas por Sílvia, datada aproximadamente entre os anos de 381 ou 388 d.C.. O

¹⁹ “Aquele tempestade levará toda a palha do local” trecho traduzido pela Profa. Dra. Paula Branco de Araújo Brauner, em *Língua e Literatura Latina* (UFPEL).

manuscrito intitula-se “*Silviae vel potius aetheriae peregrinatio ad Loca Sancta*”²⁰ (apud GRANDGENT, 1952, p. 302):

[...] Et at ubi diaconus perdixerit omnia, quae dicere habet, dicet orationem primum episcopus et orat pro omnibus et sic orant omnes, tam fideles quam et cathecumini simul. [...]

Nesse fragmento, está presente a perífrase verbal “*dicere habet*” no futuro. Outra importante característica do texto analisado é a disposição simples dos vocábulos na frase, conhecida como ordem românica, quase direta, marcando, assim, os elementos característicos da linguagem falada.

A forma perifrástica do futuro imperfeito (infinitivo + *habeo*) sempre teve uso mais amplo dentro da sociedade, por pertencer à linguagem do cotidiano, despreocupada do formalismo gramatical. Cícero faz referência, numa carta a um amigo, as modalidades de latim na época e do emprego que o próprio faz das mesmas: “*Quid tibi ego videor in epistulis? nonne plebeio sermone agere tecum?... causas agimus subtilius, ornatius; epistulas vero cotidianis verbis texere solemus*”²¹ (apud COUTINHO, 1976, p. 29).

Em contraposição, havia a forma de prestígio, o futuro sintético em *-bo* ou em *-am*, que durante séculos ocupou os gramáticos em defendê-la da “desinformação” dos populares. Portanto, pode-se dizer que, se na linguagem coloquial o futuro sintético e o analítico foram construções concorrentes, a segunda forma era rarissimamente encontrada na escrita, mesmo em cartas familiares. Nesse embate, a primeira tentava assegurar a sua posição, e

²⁰ Título: “A peregrinação de Sílvia ou antes da Etéria aos lugares Santos”; fragmento: “E por outro lado, quando diácono tiver acabado de dizer todas as coisas, que ele dirá, o bispo primeiramente pronunciará a oração e vai orar por todos do mesmo modo, como todos oram, tantos os fiéis quanto os catecúmenos”. Trecho traduzido pela Profa. Dra. Paula Branco de Araújo Brauner, em *Língua e Literatura Latina* (UFPEL).

²¹ “Que tal me achas nas cartas? Parece que uso contigo a língua vulgar, pois não é?... Nos discursos aprimoro mais; nas cartas, porém, teço as frases e as expressões cotidianas”.

durante séculos assim se manteve, mas acabou sendo suplantada pela segunda.

3.3 O processo de Romanização

Para que se entenda a formação da língua portuguesa e, principalmente, do tempo futuro em solo português, faz-se necessário apresentar o eficiente processo de romanização utilizado pelos governantes romanos para manter os territórios conquistados. O termo România - da qual a Península Ibérica fazia parte - diz respeito a todas regiões conquistadas que apresentavam costumes e línguas latinizadas. O povo basco é um exemplo dos povos que não aceitaram o latim e, portanto, não foi atingido pela romanização.

Depois de sujeitar a região almejada, através da força militar, Roma a explorava economicamente, respeitava a tradição religiosa e permitia a utilização da língua materna do povo vencido. Parecem atitudes contraditórias para um dominador, porém prudentes para Roma, que evitou assim a eclosão de revoltas e atritos com a população dominada. Os romanos gradativamente instalavam escolas, colônias, acampamentos de soldados e, sobretudo, suas leis, sendo o latim a língua oficial do império e das próprias leis. Por essa razão, os povos conquistados sentiam-se, no mínimo, obrigados a entender a língua do dominador que, aos poucos, crescia entre o povo, principalmente entre os mais jovens. COUTINHO (1976) aponta outros fatores que viabilizaram de modo tão eficaz a romanização da Península, como:

O recrutamento militar dos jovens provincianos que, depois de prestado o serviço ao exército, volviam ao seio da família; o excelente sistema rodoviário romano, que permitia fácil intercâmbio com a metrópole; o direito de cidadania concedido às urbes hispânicas pelos imperadores, por

último, o cristianismo pregado pelos padres num latim mais acessível, [...].

Durante muito tempo houve, nessas regiões, uma situação de bilingüismo, cuja influência seria determinante para a formação de um novo estágio de evolução da língua. A população gradualmente deixava-se conquistar, com a aquisição dos costumes, da arquitetura, das leis e da língua, efetivando o processo de romanização.

Pode-se verificar que, durante o século III, a língua latina era a língua comum aos diversos povos conquistados. Não era, no entanto, o autêntico latim de Roma, mas um latim característico de cada região, denominado *romance* que, séculos mais tarde, daria origem às línguas neolatinas. COUTINHO (1976) diz ser o *romance* “o latim vulgar modificado”, para outros filólogos, como BUENO (1954), o romance nada mais é que “*um dialeto romano provincial*”.

O latim que penetrou nesses territórios também não era uniforme, já que os habitantes entravam em contato com o latim clássico, por causa dos magistrados, das leis e das escolas, e com o latim vulgar, por causa dos soldados e dos colonizadores que não dominavam o *sermo urbanus*. A coloquialidade do *sermo vulgaris* se sobrepôs à linguagem padrão, motivado principalmente pelas simplificações da língua falada. Todo esse contexto lingüístico, junto ao bilingüismo, serviu de substrato para a formação do *romance*. CAMARA JR. (1984) define substrato como sendo o “nome que se dá à língua de um povo que é abandonada e esquecida em proveito de outra que a ele se impõe, em regra, como conseqüência de conquista política”.

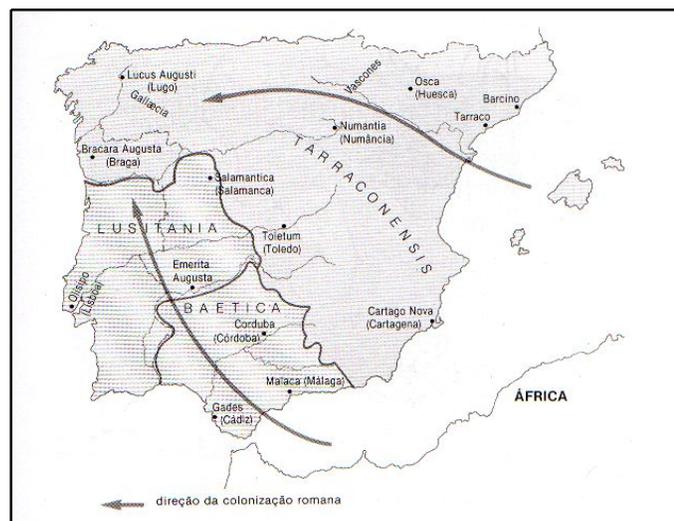
3.4 O latim na Península Ibérica

Habitaram, a princípio, a Península Ibérica o povo *cântabro-pirenaico* e o *mediterrâneo* que deram origem respectivamente ao povo basco e ao ibero, e ainda havia os *turditanos* que tinham vínculo étnico com os iberos. Também marcaram presença na região os gregos e os fenícios, disputando os recursos minerais, como as minas de prata. Os fenícios deixaram muitos vestígios, dentre os quais está o lingüístico e a fundação das cidades de Cádiz, Málaga e Abdra. O mesmo se deve aos gregos, que deixaram marcas lingüísticas na região e edificaram as cidades de Alicante, Denia, Rosas e Ampúrias. Os dois povos, além de influenciarem decisivamente nas artes, serviriam de importante substrato lingüístico para formação das línguas nacionais, futuramente. No século III a.C., os celtas também lutaram para estabelecer base na península, principalmente contra os iberos o que resultaria no povo conhecido como celtiberos.

A chegada do latim na Península Ibérica aconteceu no final do século III a.C., depois da 2ª guerra Púnica, na qual os romanos venceram o exército cartaginês do general Aníbal. Esse importante embate militar deveu-se à rivalidade entre as duas nações e à disputa pelas minas de prata na região, que já havia sido motivo de guerra entre gregos e fenícios. A península conheceu duas fases opostas de dominação: a primeira, marcada pelas guerras entre diversos povos, os habitantes naturais e os estrangeiros e a segunda fase, já no período do Imperador Augusto, caracterizada pela *pax romana*. Integrava-se assim a Península Ibérica à România, possuindo a língua do dominador como elemento comum e que se desenvolveria de modo singular de acordo com as características lingüísticas de cada região. O parentesco

lingüístico entre o celta e o latim facilitou a assimilação deste idioma, uma vez que o celta pertencia ao ramo ocidental das línguas indo-européias, assim como a língua latina. O latim, nessa região peninsular, causou o desaparecimento de línguas nativas de origem ibérica e céltica.

Os romanos penetraram na Península Ibérica, como já foi dito, no século III a.C., mas a região que hoje compreende Portugal, só no ano 25 a.C. foi considerada província romana. Para fins administrativos, a Hispânia – como a denominaram os romanos - foi dividida em três províncias: a Tarraconense, a Bética e a Lusitânia, como ilustra o mapa abaixo. Essa divisão propiciou um tratamento diferenciado ao latim na região da Lusitânia porque foi a última a sofrer o processo de romanização e, portanto, o latim que nela chegou não foi o mesmo das primeiras regiões. Acrescenta-se, ainda, como fator particular da região, a resistência, a princípio, desses habitantes à língua dominadora. Esses fatores, entre outros, contribuíram para a formação da língua portuguesa.



Esta passagem de Estrabão, geógrafo grego do século I d.C., corrobora o que já se disse sobre o eficiente processo de romanização “os *turdetanos*, e *mormente os ribeirinhos de Bétis*, adotaram de todo os costumes romanos, e até nem já se lembram da própria língua” (apud COUTINHO, 1976, p. 49). O

fato lingüístico mencionado por Estrabão mostra o *romance* já sedimentado nas províncias peninsulares. Tendo o *romance* origem no latim vulgar, nada mais provável que os falares apresentassem características do sermo vulgaris, como o caráter analítico, que se mostraria futuramente, de modo peculiar, no português arcaico.

No século V d.C., a invasão de povos bárbaros colocou termo à unidade política na Hispânia romana, atingindo conseqüentemente a estrutura administrativa, a cultural e a militar. Os primeiros a penetrar na Península foram os povos de origem germânica - os vândalos, suevos e visigodos - em épocas e regiões diferentes, que acabaram adotando o *romance* como língua própria.

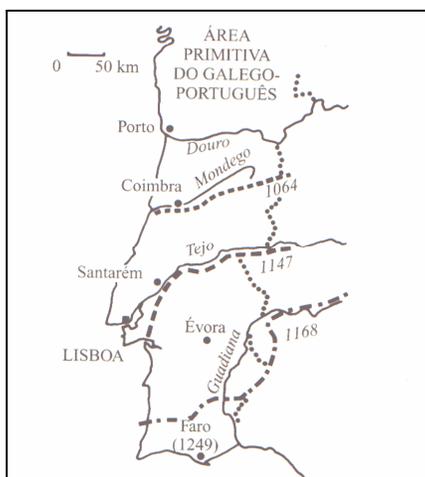
Surgiram os árabes, no século VIII, também chamados de mouros pelos ibéricos, que sobrepujaram os antigos invasores, mas foi a grande repulsa dos povos nativos, como os iberos e lusitanos, por esse povo, causada talvez pela religião, uma vez que a Península já se encontrava cristianizada, enquanto os árabes eram muçulmanos. Algumas regiões foram seduzidas pela cultura moura e acabaram adotando os costumes e a arquitetura. Mesmo assim, o povo continuou a falar o *romance*, uma vez que havia uma grande diferença, em todos os aspectos, entre as duas línguas, a da península e a do povo árabe, por pertencerem a famílias lingüísticas diferentes.

Desses povos ficaram alguns empréstimos que foram incorporados ao léxico como os vocábulos *guerra*, *estribo*, *espora*, *feudo* e *saga*, de origem germânica; e *algodão*, *alface*, *tambor*, *armazém* e *álcool*, de procedência árabe. Essas nações, pelos motivos expostos, serviram de *superstratum* peninsular, por terem influído no idioma romano já amalgamado ao *substratum*, ou seja, ao *romance*.

A invasão de povos estrangeiros e a conseqüente fragmentação do Império romano na Península Ibérica desencadearam fatos sociais e políticos, como a criação de novos estados e nacionalidades, e também lingüísticos, como a dialeção, que culminaria posteriormente com a constituição das duas grandes línguas da ex-Hispânia romana, o Português e o Espanhol.

3.5 O galego-português e a formação da língua portuguesa

A expulsão dos mouros da Península Ibérica marcou a ascensão do idioma galego-português, uma vez que o território portucalense foi concedido a D. Henrique, Conde de Borgonha, por D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, em virtude do desempenho do primeiro ao combater os árabes, elevando o território à condição de Condado Portucalense, cuja localização é ilustrada no mapa²² abaixo. A nacionalidade portuguesa só surgiria com D. Afonso Henriques, quando o mesmo proclamou o Condado independente da Hispânia e, ao mesmo tempo, foi coroado rei de Portugal, após a Batalha de Ourique, em 1143, contra o reino de Leão e Castela.



²² O mapa marca a área primitiva do galego-português e da Reconquista (apud TEYSSIER, 1997, p.8).

Nesse Condado, o falar já se distinguia dos demais em virtude dos povos que ali se assentaram, os celtas e os suevos. Ao norte dessa região, o romance constituiu, a princípio, o dialeto galego-português que gradativamente se expandiu para o sul junto com a Reconquista dos territórios de possessão moura, talvez com o intuito de formar uma fronteira lingüística com o Reino de Leão e Castela e tornar o condado mais independente deste. O galego-português foi a primeira célula do idioma português, mas só apareceu em textos escritos no século XIII. Enquanto isso, a língua empregada nos textos escritos era o latim bárbaro.

A independência política de Portugal ensejou o aparecimento de uma nova língua, o português, uma vez que as diferenças entre o galego e o português, de início pequenas, foram, com o tempo, crescendo até que a língua portuguesa se tornou independente do galego, construindo assim uma identidade lingüística própria.

3. 6 Português arcaico: o galego-português e o futuro do presente

No período arcaico houve duas fases bem distintas para a história das línguas na Península Ibérica, predominando, na primeira, a língua da Galícia (1200 a 1350) e, na segunda, a língua portuguesa (1350 a 1530). Na primeira fase, a língua galaico-portuguesa, uma língua totalmente romanizada, destacou-se por servir como importante instrumento político ao povo lusitano que almejava independência – política, territorial e idiomática - dos espanhóis e como berço da futura língua portuguesa. Portanto, foi esse um período de grande valor histórico e lingüístico, determinante para a constituição das línguas na antiga Hispânia romana.

O estudo e a exploração da estrutura da língua galaico-portuguesa, ou galego-portuguesa, ajudam a entender a constituição da língua portuguesa. Em virtude disso, este item apresentará alguns aspectos da língua da Galícia, uma vez que ela foi, no passado, a língua primitiva utilizada para produzir a poesia Peninsular, dos trovadores. Essas produções literárias ficaram conhecidas como *cantigas*, que poderiam ser, de acordo com a intenção, *cantigas de escárnio*, *de mal-dizer*, *de amigo*, *de amor*, entre outras. Uma dessas cantigas, a *Canção da Ribeirinha* (1189), de Paio Soares Taveirós, tornar-se-ia o texto mais antigo escrito em português arcaico e nele já se pode entrever o idioma português latente:

No mundo non me sei parelha,
 Mentre me for como me uay,
 Ca ja moiro por uos e ay !
 Mha senhor branca e vermelha,
 Queredes que vos retraya
 Quando vos eu vi en saya !
 Mao dia me levantei
 Que vos enton non vi fea !
 E, mha senhor, des aquel di'ay !
 Me foi a mi muyn mal,
 E vos, filha de don Paay
 Moniz, e ben vos semelha
 D'auer eu por vós guarvaya
 Pois eu, mha senhor, d'afaya
 Nunca de vós ouve, nem ei
 Valia d'ua correa.

Refletem-se, na estrutura lingüística do galego-português, as mesmas mudanças começadas pelo latim vulgar. Pode-se dizer, de um modo geral, que na Galícia predominavam as simplificações. O galego-português, que pertencia ao quadro lingüístico da România, apresentava um sistema vocálico estruturado em /a/, /ε/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/, as mesmas sete vogais do latim vulgar. A tonicidade das palavras, que antes estava relacionada ao sistema quantitativo, como já foi abordado no início deste capítulo, no galego-português passou a ser determinado pela intensidade. O processo mais importante

sofrido na língua da Galícia, em relação às consoantes, foi o da palatização, ocorrendo, por exemplo, nos seguintes grupos fonéticos acompanhados de yode [tj], [dj], [lj], [nj] que se palatizaram respectivamente em [tʃ], [dʒ], [ʎ], [ɲ], entre muitos outros casos que poderiam ser citados aqui. O fato de não empregar a ditongação nas vogais abertas [ɛ] e [ɔ], em palavras como *petra* – *pietra* no castelhano – favoreceu o isolamento do galego-português em relação aos demais falares da Península. Essas diferenças tornar-se-iam mais freqüentes e intensas com o passar do tempo.

Nos aspectos morfológico e sintático, aponta-se a simplificação das declinações que acabaram desaparecendo, dando lugar ao emprego das preposições e da ordem das palavras nas frases. A desinência de número das palavras, marcada pelo –s final foi o que restou do antigo caso acusativo plural do latim. Os gêneros reduziram-se a dois, masculino e feminino, excluindo o antigo neutro que fazia parte da morfologia latina. Esses foram alguns exemplos dos elementos lingüísticos que se cristalizaram na língua da Galícia.

No galego-português, verificou-se a perda da terceira conjugação latina que se igualou à segunda. Dessa maneira, *facĕre* evoluiu para *fazer*, *quaerĕre* > querer, *currĕre* > correr, *vendĕre* > vender, o que atingiria futuramente a língua portuguesa. Assim, a segunda conjugação da Galícia incorporou os verbos da segunda conjugação latina e a maior parte dos verbos de terceira. O sistema verbal constituiu-se, conseqüentemente, de três infinitivos: -ar (primeira conjugação), -er (segunda conjugação) e -ir (terceira conjugação). Essa mudança fez com que alguns verbos não possuíssem uma conjugação definitiva durante um certo tempo indicando, assim, um período de transição para, principalmente, os verbos provenientes da terceira conjugação latina, até

que se efetivassem dentro do sistema verbal. A indeterminação desses verbos latinos atingiu não só o galego-português, mas também outras línguas românicas da Península Ibérica, onde a variação fora introduzida através do latim vulgar. Assim, alguns verbos latinos da segunda e terceira conjugações competiam em prestígio com as formas populares da România, como, por exemplo, o verbo *complere* do latim que foi representado, no galego-português e em várias línguas, através da desinência em *-ir*; no francês antigo “*complir*”, no provençal e catalão “*complir*”, no antigo italiano “*complire*” e no português “*cumprir*”.

O sistema verbal também sofreu o processo de simplificação, pois a variação lingüística latina concretizou-se no galego-português. Como exemplo, tem-se o futuro do presente cuja forma, a princípio perifrástica (infinitivo do verbo mais o presente do indicativo do auxiliar *habere*), apresentaria durante o processo evolutivo uma forma contracta. Tal processo será explicitado no próximo item, referente ao Português arcaico. É justamente essa forma reduzida de futuro que aparecerá nos textos da Galiza por volta de 1450, como numa composição do *Cancioneiro da Vaticana* em que se encontra grafada a forma **teerei** e, no *Cancioneiro da Ajuda*, **tere** (apud MAIA, 1986, p. 841): a primeira, era uma forma primitiva, que ainda deixava entrever o processo evolutivo; a segunda, de caráter analógico, possuía ortografia semelhante, mas o processo evolutivo concluído. O emprego das formas primitivas e analógicas, no galego-português, apontava para uma oscilação, uma vez que ambas foram utilizadas durante os séculos XV e XVI.

Desse período, foram extraídas de documentos as formas *terrá* e *terran* correspondentes às perífrases latinas *tenere habet* e *tenere habent*, que se

construíram a partir da evolução fonética cujo princípio deve-se ao fato de terem perdido a vogal pretônica, propiciando a “*formação da seqüência –n’r- que veio a sofrer a assimilação do primeiro ao segundo elemento*” (MAIA, 1986, p. 841).

No século XIII, as formas analógicas eram habitualmente empregadas nas manifestações literárias, como na “*Cantiga de Santa Maria*” de D, Afonso de Castela e de Lião (apud *Novo manual de Língua Portuguesa*, 1926), cujo fragmento selecionado apresenta alguns verbos no tempo futuro:

Ca, pois eu a sa fegura
 Uir, atal creença ei
 Que de todos estes maes
 Que atan toste guarrei,
 Por end’ a mi chegade
 E logo lhe beijarei
 As sas mãos e os pees.
 [...]

Os verbos *guarrei* e *beijarei*, ambos na primeira pessoa do futuro do presente, atestam, não somente o emprego das formas analógicas, em pleno início da fase arcaica, mas também o retorno à forma sintética. Não se sabe precisar em que momento da história da primitiva língua portuguesa, as formas sintéticas passaram a figurar.

Com a ascensão do português, a língua da Galícia foi gradativamente perdendo uso e tendo seu emprego restrito à pequena região ao norte da Península Ibérica, após o Douro – limite geográfico de Portugal. O galego-português deve sua existência como língua literária de prestígio às antigas produções artísticas da época, às *cantigas*, que foram preservadas e documentadas, servindo, assim, de registro ortográfico da primitiva língua da Galícia.

3.7 Português arcaico e moderno: a transição e a consolidação do futuro do presente

A trajetória da língua portuguesa começou a ser definida, em 1350, na segunda fase do período arcaico, quando se desvincula da língua galega, tornando-se independente, fato que marcou também o fim da predominância da Escola literária galego-portuguesa. Nesse período, a então língua portuguesa atingiu o *status* de língua oficial de Portugal, que ainda estava se constituindo como nação. É importante ressaltar que, para processo de formação e caracterização da língua nacional portuguesa, a valorização dos arcaísmos adicionada às inovações fonológicas foram fundamentais, uma vez que ambos os fenômenos lingüísticos viabilizaram o distanciamento e a distinção entre a língua portuguesa e a espanhola por motivos políticos e, posteriormente, entre o português e o idioma galego. Segundo TEYSSIER (1997) a língua galega foi invadida por palavras espanholas, o que tornaria irreversível o processo de distanciamento em relação ao português.

O distanciamento entre o galego e o português começou pelo aspecto fonológico, como por exemplo, pelo “*ensurdecimento das fricativas sonoras escritas z, -s e j, que se confundem com ç, -ss e x; pronúncia interdental do antigo ç;[...]*” (TEYSSIER, 1997, p. 46). Por essa razão, a língua da Galícia passou a apresentar características próprias, quanto à ortografia, sistema vocálico e consonantal, entre outros, seguindo, assim, a sua própria evolução, a que todas as línguas estão submetidas.

No século XV, o novo país tornar-se-ia grande com a expansão ultramarítima e, conseqüentemente, a língua portuguesa também seria a língua de outras nações em diferentes continentes, como o africano, o asiático e o

americano. No entanto, só viria a ser uma língua de prestígio com a afirmação da literatura de Portugal, através de grandes autores como Gil Vicente e Luís de Camões, no período moderno (do século XVI até a atualidade). Mesmo tendo obtido o reconhecimento de língua literária, somente no século posterior, em 1536, apareceria a primeira obra a tratar exclusivamente da língua portuguesa, sistematizando-a, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira.

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre o português arcaico são as múltiplas grafias dos vocábulos, presentes em qualquer classe gramatical. Como exemplo pode-se citar, o emprego da semivogal na desinência número-pessoal do futuro do presente, cuja grafia poderia ser feita de três formas diferentes, com **-i**, **-y**, **-j** (*estudarei*, *estudarey* ou *estudarej*). A preposição *inter* (entre) do latim, nesse período, poderia ser grafada como *antre* ~ *entre* ~ *ontre*. Alguns verbos poderiam ser encontrados também na forma pronominal, *viir* ~ *viir-se* e *chegar* ~ *chegar-se*. Nos textos arcaicos, são encontradas formas evoluídas de alguns verbos como a de *habē re* > *aver*, *tenē re* > *teer*, *venīre* > *viir*, *sedē re* > *seer* e *ponēre* > *põer*, entre muitos outros casos. Os exemplos citados deixam entrever um momento de intensa variação no português arcaico, que só conheceria o processo de padronização em 1536 com a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, já citada anteriormente. Muitos outros aspectos poderiam ser mencionados e desenvolvidos devido à relevância do assunto para a história da língua portuguesa, mas será do tempo futuro o destaque.

Diferente dos outros períodos, o arcaico apresentaria uma forma evoluída para o verbo auxiliar (*Habere*) da forma perifrástica do tempo futuro, que ficaria assim conjugado:

<i>Habeo</i>	>	<i>Hei</i>
<i>Habes</i>	>	<i>Has</i>
<i>Habet</i>	>	<i>Ha</i>
<i>Habemus</i>	>	<i>Hemus</i>
<i>Habetis</i>	>	<i>Heis</i>
<i>Habent</i>	>	<i>hão</i>

Não se sabe precisar em que época a forma sincopada do verbo *habere* consolidou-se na língua portuguesa alterando assim, definitivamente, a antiga forma analítica latina de futuro mas, no século XIV, já era possível encontrar registros esporádicos de formas verbais analógicas de futuro, como atestam os fragmentos a seguir (apud *Novo Manual Lingua Portugueza*, 1926), de diferentes épocas:

- Nenguu nom se podera louvar dês aqui adiante que certamente saiba que **seera** de mim. Sec. XIV. [...]
- Estôce **seerey** se magoa dantel. XIV.
- Estonce **serey** eu sen magoa e sen çugidade de pecado ante Deus. XV.
- Então **serei** eu sem magoa e sem sugidade de pecado ante deos. XVI.
- É o que mais ouuer mester, homyldesse pola sua enfirmydade, e nõ se exalçe ne ensoberueça pola misericordia e piedade que lhe fazem, e assy **seerõ** todolos nenbros e paz. XIV.

Dentre as formas sincopadas – assim chamadas porque sofreram a perda de um fonema no meio do vocábulo ou, até mesmo, a queda de uma sílaba medial inteira - do verbo *habere*, demonstradas anteriormente, as duas últimas pessoas apresentavam variação, em *haveis* ~ *heis* e em *hão* ~ *ham*. Até mesmo o emprego da consoante inicial “h” se mostrava como variação, já

que seu emprego não era uma constante, pois ora se fazia presente nas obras escritas, ora não. Para CÂMARA JR. (1976), o primeiro elemento a cair foi a consoante /b/, obedecendo a uma regra geral da fonologia em que as consoantes sonoras caem em posição intervocálica ($b \rightarrow \emptyset / v-v$) permitindo, conseqüentemente, o contato entre as vogais (*ha'eo*). A evolução da forma “*haeo*” prosseguiu, ocorrendo a apócope da vogal átona final /o/, obtendo-se a forma “*hae*”, onde a vogal final /e/ elevou-se para –i ou –y, formando o vocábulo “*hay*”. Mais próxima da desinência de futuro, a forma “*hay*” apresentará a última etapa do processo evolutivo do primitivo verbo “habere”, com a assimilação parcial regressiva da vogal /a/ ($a \rightarrow e / -i$), constituindo assim a forma reduzida “*ei ~ hei ~ hey*”.

As demais pessoas do verbo auxiliar obedeceram ao mesmo processo evolutivo marcado pela queda das consoantes “b” e “t”, exceto na terceira pessoa do plural (*habent*) que se diferencia um pouco das demais pessoas por apresentar um processo de nasalização final, ocasionado pela presença da consoante –n após a queda da consoante final –t. Assim sendo, a nova forma de futuro analítico se estruturou desta forma:

Estudar hei

Estudar has

Estudar ha

Estudar hemus

Estudar heis

Estudar hão

Segundo NUNES (1956), o verbo auxiliar poderia ser utilizado posposto (*estudar hei*) ou anteposto (*hei estudar*) ao verbo principal e ainda havia uma terceira possibilidade, de cunho literário (*hei de vencer*), que contava com a

presença da preposição “de” entre o verbo principal e o auxiliar. Das três formas de futuros apresentadas, a última teria largo uso na literatura portuguesa do período moderno.

O uso constante dessa perífrase verbal (*estudar ei*), tão alterada morfológicamente, fez com a forma reduzida do verbo auxiliar (*hei ~ ei*) fosse aglutinada ao verbo principal, formando assim uma forma verbal sintética e também desinência para o futuro do presente (*estudarei*). Pode-se explicar a junção dessas duas formas verbais pelo fato de não haver obstáculos fonêmicos interpondo-se entre os dois verbos, uma vez que a consoante “h” não produzia e não produz som na língua portuguesa, além de apresentar variação (h~∅) e também se deve à estrutura morfológica dos verbos na perífrase, onde o verbo principal terminava em consoante e o auxiliar começava com vogal. Ainda se poderia citar, como outras causas lingüísticas, a necessidade do falante em buscar simplificações na língua e de não empregar, na língua falada, a pausa entre as palavras.

Muito se especula acerca dessa e de outras transformações, mas indubitavelmente a língua escrita apenas consolidou uma forma que há muito já se produzia na língua oral. Apesar de toda evolução sofrida por este tempo verbal, é possível ainda hoje reconhecer a antiga forma arcaica de futuro (infinitivo do verbo + *hei*): numa expressão como “*estudá-lo-ei*”, há o emprego de uma mesóclise, em que a desinência (*-ei*), antiga forma verbal do auxiliar (*hei < habeo*), separa-se do verbo flexionado (*estudar*) por causa de um pronome (*-lo-*).

Na obra do final do período arcaico e início do período moderno, *Boosco deleitoso*²³, de 1515, observa-se o quanto a língua portuguesa havia se distanciado do *romance* e do Galego português e como se assemelhava ao português empregado na atualidade. Dessa obra foram extraídos fragmentos, citados abaixo, que destacam os verbos empregados no futuro do presente, apresentando uma forma consolidada, entre o fim do período arcaico e o início do moderno:

197. E como quer que digamos que é dura a condiçom do lavrador que trabalha e semente a árvore da qual nunca há-de veer o fruto, pero bem pode confortar a sua ventura, porque aquela árvor pode aproveitar depois a outrem. Quanto som mui mais mizquinhos aquêles que semeam aquêlo de que ham-de colher penas e tribulações e os outros ham-de colher deleitações pêra haverem tormentos e penas, aos quaaes êles empeecerom fazendo-lhes prazer, e lhes aparelharom licença de pouco tempo pêra pecarem, aparelhando para si meesmos morte perdurávil. (p. 69)

Nesse trecho, destaca-se a presença das formas verbais de futuro “*há-de veer*” e “*ham-de colher*”, em que ambas se utilizam da preposição “*de*” para constituir o tempo verbal almejado, ratificando essa expressão (verbo auxiliar + *de* + verbo principal) como uma forma literária, mencionada anteriormente. Há, ainda, há o verbo “*aparelharom*” (aparelharão), cuja desinência em “*-om*” correspondia, na época, à terminação “*-ão*” dos verbos atuais.

460. E debes parar mentes que, desejando seer êle em o êr [38,a] mo, pousada de caminheiros, logo emadeu dizendo: “Leixarei o meu pôboo e parti-me-ei dêles, porque todos som obradores de adultério e companha de quebrantadores da lei e dos mandamentos de Deus, e estenderom a sua língua, assi como arco de mentira e nom de

²³ O *Bosco deleitoso*, ou *Bosque Deleitoso*, é uma das obras místicas escritas no Mosteiro de Alcobaça, entre o final do século XIV e o início do século XV. A obra foi impressa em Lisboa, em 1515.

verdade. Confortados som na terra, porque saírom de mal em mal e nom conhocerom o Senhor Deus; cada uĩ se guarde do seu próximo e nom haja Fiúza; ca todo irmão enganará seu irmão, e todo amigo andarà enganosamente; e o barom escarnecerá seu irmão e nom falará a verdade, que êles ensinarom a sua língua falar mintira e trabalharom-se pêra se fazer torto e nom quiserom saber Senhor Deus. A lingua dêles é seeta chagante e falou engano; falam pela bôca paz com os seus amigos, e escondidamente lhes poem asseitamentos". (p. 173)

No fragmento acima, dentre os muitos verbos que se encontram no futuro imperfeito como "*Leixarei*", "*conhocerom*", "*andarà*", "*scarnecerá*", "*ensinarom*", destaca-se a expressão "*parti-me-ei*", onde o emprego da mesóclise deixa entrever a antiga forma perifrástica de futuro (*partir hei*).

609. [...] E entom trabalhar-se-á de purgar a sua alma, pela guisa que te dito hei. [...]

Duas formas verbais de futuro, nesse trecho, destacam-se "*trabalhar-se-á*" e "*hei*", sobressaindo-se a primeira, porque, assim como em "*parti-me-ei*" o emprego da mesóclise também evidencia a forma analítica de futuro dos primórdios do período arcaico (*partir hei*).

Em o *Boosco deleitoso*, assim como em outras obras, que se destacariam no período moderno da língua portuguesa, a perífrase arcaica de futuro dará lugar a uma expressão sintética de futuro, consolidando séculos de evolução lingüística, entre transformações fonéticas, morfológicas e as simplificações determinadas pela língua falada. A forma sintética de futuro permaneceria inalterada até a segunda metade do século XX quando, mais uma vez, surgiria uma forma perifrástica de futuro (presente do indicativo do auxiliar IR + infinitivo do verbo principal) para competir com a forma sintética. A nova forma será o objeto de estudo do próximo capítulo.

3.8 Gramaticalização em Tempo Real

O estudo em tempo real, apresentado por Labov, remonta às diversas fases da língua, às variações e às mudanças concretizadas dentro de um período delimitado. Sob essa perspectiva, pôde-se acompanhar, neste terceiro capítulo, as diferentes formas morfológicas adquiridas pelo futuro do presente, desde o latim até o português moderno. As formas constatadas foram resultado de um longo processo evolutivo, tendo como princípio uma variação entre a forma sintética do latim clássico e a perífrase de futuro do latim vulgar (*imperabo ~ imperare habeo*), predominando posteriormente a forma analítica já alterada no período arcaico da língua portuguesa (*imperar hei ~ imperar hey ~ imperar ei*), em que o verbo auxiliar, num estágio mais evoluído da língua, foi aglutinado ao verbo principal como desinência verbal (*imperar + ei= imperarei*).

De caráter diacrônico, o estudo em tempo real possibilitou apresentar as diversas fases do futuro do presente em que se alternavam as formas sintéticas e as analíticas. Depois de remontada a trajetória do tempo futuro, conclui-se que a forma sintética teve maior apoio dos eruditos e reconhecimento dos gramáticos, enquanto a forma analítica sempre surgiu de manifestações lingüísticas populares, num primeiro momento repudiada pela norma culta da língua. A “lei de menor esforço”²⁴, também utilizada por Labov e outros lingüistas, que também explica as mudanças lingüísticas com a finalidade de tornar a língua mais fácil, ajuda a compreender a preferência pelas formas analíticas, pois esse tipo de construção verbal desfaz qualquer semelhança existente entre dois ou mais tempos verbais, além de simplificar a conjugação do verbo.

²⁴ A “lei de menor esforço” foi apresentada em 1821, por Jacob Hornemann Bredsdorff.

Sobressai-se, no estudo em tempo real, a preferência popular pela forma analítica que ao longo dos tempos, sofrera alterações na sua estrutura morfológica de modo a constituir uma nova forma de futuro, contracta (*direi*), cujas desinências características de hoje (*-ei, -ás, -á, -emos, -eis, -ão*) já foram um verbo flexionável. A trajetória do tempo futuro permite constatar até aqui (... > *estudarei*) o seu caráter cíclico, uma vez que para toda forma sintética sempre se recorreu a uma forma analítica e de mesma constituição (presente do indicativo do verbo auxiliar + infinitivo do verbo principal).

Inclui-se no estudo em tempo aparente, o processo de gramaticalização do futuro do presente ocorrido durante o processo evolutivo da perífrase verbal para a forma sintética. A partir de um estudo sobre mudanças nas línguas africanas, Givón afirmou que “*a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*”, porque conseguira reconhecer a presença de elementos sintáticos nas estruturas mórficas, constatando de forma pertinente o quanto a estrutura de um vocábulo se mostra suscetível à mudança lingüística e que a fusão de termos formou outro termo de mesma, ou diferente, classe, ou função, gramatical. Um processo análogo de fusão termos verbais, mas sem deslocamento de classe gramatical atingiu o tempo futuro que durante séculos teve uma forma perifrástica reconhecida e empregada, mas no período arcaico passaria a figurar como uma forma única, contracta, também reconhecida e empregada, na época. No princípio, a forma analítica surgiu como um desvio da norma padrão, mas depois de passar por um processo de expansão e aceitação em todos os níveis sócio-culturais de falantes, foi incorporada à gramática da língua.

A gramaticalização de caráter histórico dá condições de se relacionar a estruturas lingüísticas vigentes com as anteriores, de forma a reconstruir e a apontar as formas primitivas e as evoluídas da língua, desde o latim até o português moderno e permite concluir o quão lento e gradativo é o processo de aceitação de novas formas lingüísticas, a princípio tidas como “agramaticais”.

A evolução do tempo futuro - analisada, principalmente, através da teoria laboviana de variação e mudança e, num segundo plano, pela teoria funcionalista (gramaticalização) - serve para exemplificar a variação estável a que todas as línguas estão submetidas, pois nem mesmo nos estados sincrônicos, as línguas estiveram estagnadas, porque sempre apresentaram no mínimo variações perceptíveis, indicando uma possível mudança em curso.

4. Futuro do presente, em tempo aparente

4.1. A moderna perífrase verbal de futuro

Muito tempo foi necessário, desde o período arcaico da língua portuguesa, para que a forma sintética (*estudarei*) se consolidasse, formando uma única expressão verbal de futuro do presente. Talvez essa expressão de futuro já fosse empregada no século XIX, uma vez que na língua espanhola²⁵ (*ir a + infinitivo = voy a hacer*) e na francesa²⁶ (*aller au présent = je **vais** te montrer...*), já era forma atestada e hoje gramaticalmente aceitável. Acrescenta-se a isso também o fato de que a geração com mais de cinquenta anos, em cem por cento, conforme as informações colhidas do Banco de dados de Pelotas, emprega a forma perifrástica, conforme o item 4.5 desse capítulo.

É no cenário modernizado do século XX, de acesso fácil e rápido à informação global que ressurge, assim como aconteceu no passado com o latim clássico, uma forma perifrástica de futuro constituída do “presente do verbo IR + infinitivo do verbo principal”, facilmente empregada e ouvida na linguagem informal, como em *vou estudar, vai ler, vamos trabalhar*.

Não se sabe precisar a época em que a forma perifrástica de futuro surgiu na língua falada e na escrita. Supõe-se que desde o início do século XX, talvez já no século XIX, ela estivesse presente na língua portuguesa. No entanto, a partir da segunda metade do século XX a locução teve o seu emprego intensificado, aparecendo mais freqüentemente em textos escritos e na mídia tanto falada, quanto escrita. Apesar de a “Semana de arte moderna”

²⁵ (GARCIA, 1996, p. 43)

²⁶ (CALLAMAND, 1987, p. 138)

de 1922 e o movimento literário modernista terem questionado e também revolucionado a linguagem, na primeira metade do século passado, a gramática normativa era tratada com muito rigor pelos professores, pelos padres mestres e catedráticos da época, os quais repudiavam qualquer forma lingüística que estivesse à margem da língua culta, pelo menos nos veículos formais de comunicação escrita, como jornais e revistas. Mesmo assim, é possível encontrar algumas perífrases verbais de futuro em textos de escritores modernistas. Após esse período de austeridade no tratamento da língua, no final da década de noventa, a perífrase verbal de futuro, essa nova forma de expressão, adquiriu força e passou a ser amplamente utilizada nos meios de comunicação e em todos os níveis sócio-culturais dos falantes, fazendo com que a forma sintética (*Lerei*) se tornasse a sua segunda opção.

A Semana de arte moderna de 1922²⁷, marco cultural que assinalou o início do Modernismo brasileiro²⁸, muito influenciou no comportamento lingüístico da época e, de certa forma, contrapôs-se à inflexibilidade gramatical. Esse acontecimento envolveu diversos segmentos das artes: na literatura destacaram-se Oswald de Andrade, Manoel Bandeira e Mário de Andrade; na pintura, Anita Malfati, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti; na música, Villa-Lobos; na escultura, Victor Brecheret; na arquitetura, Antonio Moya, entre outros artistas. Esses intelectuais lutavam pela renovação da literatura e das artes, bem como pela busca de uma identidade nacional para as manifestações artísticas, o que exigia do movimento uma linguagem nova. Foi uma das

²⁷ Realizada no Teatro Municipal de São Paulo nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, a Semana de Arte Moderna representou um descontentamento com a expressão artística brasileira que, por meio de longo processo de divulgação, acabou sendo propagada em todos os campos da arte no país.

²⁸ O período de 1922 a 1930 compreende a primeira fase do movimento literário conhecido como Modernismo.

características desse movimento a liberdade formal que abrangia a incorporação da fala coloquial e até manifestações lingüísticas consideradas incultas, como a ausência de pontuação e o emprego de períodos curtos, onde predominava a coordenação.

No poema a seguir, Oswald de Andrade deixa transparecer o que pensa da rigorosidade lingüística das gramáticas, mostrando o distanciamento entre a língua falada e a norma culta da língua, considera artificial:

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

O autor centra sua crítica no emprego do pronome oblíquo “me”, que as regras gramaticais impedem de começar uma oração ou uma frase, enquanto na língua popular isso é uma constante. As transgressões gramaticais dos modernistas chamaram a atenção para a linguagem do povo, questionando assim, qual delas seria a verdadeira língua brasileira, a da gramática, de origem lusitana, ou a do povo mestiço do Brasil, produto da fusão de raças. Sobre tal fato, Manuel Bandeira também se expressará pois, com essa atitude, os modernistas aproximaram a língua literária escrita da língua falada pelo povo brasileiro, como bem ilustra este fragmento do poema “Evocação do Recife”:

A vida não me chegava pelos jornais nem
 pelos livros
 Vinha da boca do povo na língua errada do
 povo
 Língua certa do povo
 Por que ele é que fala gostoso o português
 do Brasil

Ao passo que nós
 O que fazemos
 É macaquear
 A sintaxe lusíada.

O uso da forma perifrástica de futuro será encontrado fortuitamente na segunda fase do Modernismo²⁹ - período em que a irreverência artística e lingüística já havia passado, distanciando-se do caráter experimental do primeiro momento – na obra “Vidas secas” (apud CAMPEDELLI & SOUZA, p. 273) do escritor Graciliano Ramos:

Sinhá Vitória fechou-se na camarinha,
rebocando os meninos assustados, que
adivinhavam desgraça e não se cansavam
de repetir a mesma pergunta:
- Vão bulir com a Baleia? [...]

Nesse fragmento, a expressão “vão bulir”, uma outra forma de futuro, surge na fala de um personagem pertencente a uma família de retirantes nordestinos que foge da seca. Desse modo, o autor retrata a linguagem despreocupada da língua falada, sem utilizar nenhuma espécie de filtro lingüístico.

Na música popular brasileira do início do século XX, também se encontrará a “nova” forma de futuro, numa rara aparição, através da composição “Fita amarela” de 1933, do compositor Noel Rosa (apud TUFANO, 1998):

Quando eu morrer
Não quero choro nem vela,
Quero uma fita amarela
Gravada com o nome dela.

Se existe alma,
Se há outra encarnação,
Eu queria que a mulata
Sapateasse no meu caixão.

[...]
Meus inimigos
Vão dizer que nunca viram
Uma pessoa tão boa assim.

Nessa canção de notória linguagem popular, a expressão “vão dizer” indica o uso da perífrase verbal inovadora, contrapondo-se à forma sintética ainda soberana nessa primeira metade do século XX. Poucas foram as formas perifrásticas encontradas em textos escritos, no princípio de século XX, mesmo

²⁹ Abrange o período de 1930 a 1945.

com toda a abertura lingüística iniciada e proposta pelos modernistas. Como já se disse no início deste capítulo, o ensino da língua portuguesa era inegavelmente conservador, o que inviabilizava a inclusão e a aceitação de formas lingüísticas típicas da língua falada em textos impressos.

No princípio, a forma perifrástica de futuro não colocava em risco a forma sintética, por ser pouco empregada. Hoje, essa perífrase caracteriza-se como uma forma variante e inovadora porque compete com a forma sintética, ainda considerada a forma de prestígio da língua portuguesa. A perífrase de futuro teve origem na língua falada e tem sido predominantemente empregada na comunicação verbal, mas já atingiu jornais, revistas e outros informativos da comunicação impressa. Sua grande aceitação deve-se, em parte, às gerações mais novas, anteriores à década de noventa, que a adotaram, a princípio como forma de rebeldia, e com o intuito de transgredir rigidez da cátedra e a severidade social. Tais atitudes ajudaram a intensificar o emprego da perífrase verbal de futuro, hoje uma unanimidade nacional.

Numa rápida pesquisa realizada no jornal Zero Hora, de tiragem expressiva na região sul, pode-se constatar o uso intenso do futuro perifrástica, demonstrando, assim, o quanto à linguagem formal dos meios de comunicação está impregnada dessa expressão de futuro. No mencionado jornal, datado de onze de agosto de dois mil e dois, verificou-se a presença da perífrase verbal de futuro (verbo IR + infinitivo do verbo principal), somente nos textos relativos à redação dos jornalistas, desconsiderando-se os textos pertencentes à fala de entrevistados. Aponta-se como resultado final a presença de dezessete formas verbais perifrásticas, nos cadernos *Editoriais*, *Economia*, *Tv+notícias*, *Mundo* e *Esportes*, como ilustram alguns fragmentos listados abaixo:

1º) “... **vai contemplar** finalmente questões como as afrontosas desigualdades de renda...” (p. 14, Editoriais)

2º) “O dólar **vai fechar** ano abaixo de R\$ 3” (p. 18, Economia);

3º) “Vanessa **vai interpretar** uma professora de danças de salão...” (p.5, Tv+notícias);

4º) “Escolas, bancos, repartições públicas e comércio **vão funcionar** normalmente, carteiros entregarão correspondência, pouca gente **vai deixar** de trabalhar...” (p. 24, Mundo).

Apesar de se tratar de um meio de comunicação que prima pela linguagem padrão, *Zero Hora* utiliza a forma verbal inovadora de futuro (IR + infinitivo), como em **vai contemplar**, pertencente a um editorial, **vai fechar** e **vai interpretar**. O último exemplo, pertencente ao caderno Mundo, chama a atenção pelo emprego simultâneo das formas variantes de futuro, pois no mesmo período, entre duas perífrases (**vão funcionar** e **vai deixar**) há a presença de uma forma sintética (**entregarão**), o que demonstra haver uma boa aceitação das duas variantes na linguagem escrita de um órgão de comunicação como o jornal *Zero Hora*.

Nessa mesma edição de *Zero Hora*, há um caderno intitulado “Há 30 anos ZH”, na página 55, que exhibe as manchetes ou as notícias de mil novecentos e setenta e dois, e nele se encontram presentes algumas formas perifrásticas de futuro, como apontam o exemplos a seguir:

1º) “A farinha de trigo, o pão e o café **vão pesar** no bolso dos gaúchos.”

2º) “...As eleições, que ocorrem em novembro deste ano, **vão contar** com 41 candidatos da Arena.”

3º) “...O piloto **vai correr** com um capô sobre o motor...”

Essas manchetes do jornal, numa edição antiga, demonstram a expansão das expressões coloquiais e sua boa aceitação nos veículos de comunicação. Numa época de austeridade no emprego da língua portuguesa, a utilização de perífrases verbais, talvez indicasse o intuito de maior aproximação com a linguagem do leitor.

4.2 As perífrases nas gramáticas

Considerou-se surpreendente o fato de ser encontrada tal forma de futuro do presente nos meios de comunicação – no caso, num jornal - uma vez que, entre os próprios gramáticos da língua portuguesa contemporânea não existe um consenso sobre o tratamento da mesma, abordada normalmente de modo superficial. Há gramáticas que nem mencionam a forma perifrástica, ocupando-se apenas da forma de prestígio. Os autores a seguir foram citados porque, primeiro, são empregados e recomendados no meio escolar e, em segundo, porque fizeram algum tipo de consideração sobre a perífrase verbal de futuro como CUNHA & CINTRA, CEGALLA, MESQUITA e FARACO & MOURA.

MESQUITA (1997), na obra “Gramática da língua portuguesa”, refere-se à perífrase verbal de um modo superficial. Apesar de reconhecer a preferência do falante por essa, forma apenas faz uma constatação:

“Na linguagem informal, o futuro é pouco usado, sendo mais comum sua substituição pelas locuções verbais formadas pelos auxiliares ter, haver ou ir, no presente do indicativo, mais o infinitivo do verbo principal” (p.289)

O autor aponta como exemplo para a perífrase ir+ infinitivo: “*Eu vou terminar o serviço a tempo*”; “*Ela vai continuar aqui com vocês?*” (Lygia Fagundes Telles) e ainda “*Vai passar / nesta avenida... essa noite vai se arrepiar*” (Chico Buarque / Francis Hime).

CEGALLA (1998, p. 515), autor conhecido nos ambientes escolares, em sua gramática, faz primeiro uma série de considerações a respeito do futuro do presente e depois, assim se refere à forma coloquial:

“Pode ser substituído, sobretudo na língua coloquial, por locuções constituídas do presente do indicativo dos verbos ir, ter, ou haver + infinitivo”.

Dá como exemplo a expressão “ir + infinitivo”: “*Olga vai casar no mês que vem*”, e, ainda, faz uma observação “*Vai casar = casará*”.

CUNHA & CINTRA (1985), quando analisaram os verbos auxiliares fazem algumas observações sobre o verbo IR acompanhado de gerúndio e de verbo principal, em relação à perífrase verbal de futuro:

“com o infinitivo do verbo principal, para exprimir o firme propósito de executar a ação, ou a certeza de que ele será realizada em futuro próximo”. (p. 385)

Para ilustrar essa definição, citam: “*Vou procurar um médico*” e “*O navio vai partir*”, o que vem ao encontro da linguagem falada.

A gramática de FARACO & MOURA (1999), muito bem recebida nas instituições de ensino, faz referência às formas de futuro do presente simples (*falarei*) e composto (*terei falado*), e à sua constituição, principalmente à sintética, ainda considerada a forma de prestígio. Abaixo, o primeiro fragmento diz respeito à constituição do verbo e o segundo dá uma definição do mesmo:

“É formado pelo infinitivo pessoal mais as terminações **-eis, -ás, -á, -emos, -eis, -ão**” (p. 338)

“Exprime um fato (realizável ou não) posterior ao momento em que se fala. Portanto, no momento da fala, o fato é ainda inexistente.” (p. 346)

Os autores deram exemplos para explicitar a conjugação e o conjunto de paradigmas desse tempo verbal, para os verbos de primeira conjugação: *falarei, falarás, falaremos, falareis, falarão*; para os de segunda: *comerei, comerás, comeremos, comereis, comerão*; e para os de terceira: *partirei, partirás, partiremos, partireis, partirão*. Também exemplificaram o futuro composto: *terei falado, terias falado, (...)*. Porém, a gramática em questão não faz menção à forma perifrástica de futuro, como uma outra forma de expressar o futuro.

Poucas são as gramáticas, principalmente voltadas para a escola, que apresentam um estudo sobre a perífrase verbal de futuro (IR + infinitivo), ou sobre qualquer outra perífrase empregada pelos falantes da língua portuguesa, apesar de todo o estudo dedicado à língua falada.

4.3 A perífrase de futuro na língua portuguesa

Cada vez mais, as perífrases verbais estão se tornando freqüentes na linguagem informal e, quando a pesquisa se restringe ao futuro do presente, o fenômeno mostra-se mais intenso. A língua portuguesa apresenta diversas combinações perifrásticas, constituídas por formas auxiliares diferentes, seguidas ou não de preposição, ligada a uma forma nominal. Apesar de terem um largo emprego na língua falada, o estudo sobre as perífrases ainda se mostra inexpressivo nas gramáticas tradicionais.

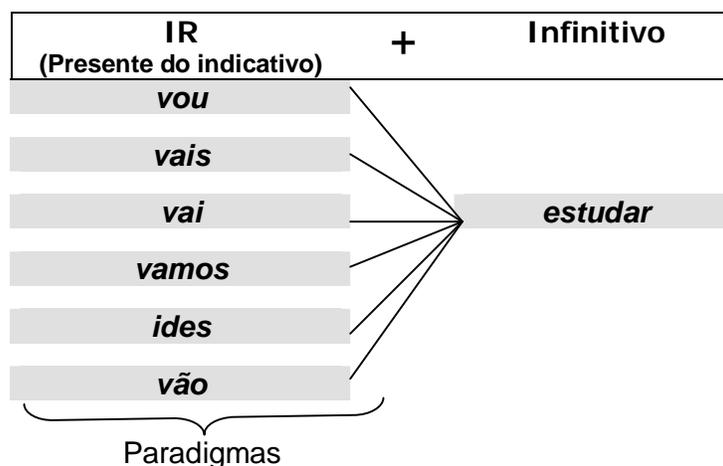
Entretanto, perífrases verbais não são um fenômeno recente. Segundo CÂMARA JR. (1976), as línguas indo-européias sempre empregaram formas perifrásticas, servindo ao falante como mais uma forma de expressão de tempo, além das formas sintéticas. Constatou-se, no capítulo III, que o latim vulgar tinha como opção para expressão de futuro uma locução (*imperare habeo*), enquanto o latim clássico possuía uma forma sintética (*imperabo*). Como conseqüência desse conflito de formas verbais obteve-se a forma sintética de futuro (*imperarei*), empregada hoje, resultado da evolução lingüística da antiga perífrase verbal de tempo. Isso se deve ao prestígio de algumas locuções verbais dentro da língua, pois normalmente forma auxiliar da locução verbal tende à aglutinação, indicando o princípio de uma nova forma flexional e ilustrando o processo de gramaticalização. Assim, essas novas formas do léxico e/ou estruturas sintáticas passam a desenvolver funções na própria organização interna do discurso, convertendo-as em formas gramaticais. No entanto, para que tal transformação aconteça, CÂMARA JR. (1976) aponta três fatores sintetizadores desta dinâmica evolutiva:

- 1) ascensão em importância, no quadro geral das categorias verbais da língua, da noção gramatical que a perífrase traduz; 2) obsolescência da significação lexical do verbo que entra como auxiliar, isto é, aquele a que cabe o mecanismo gramatical do conjunto; 3) possibilidades fonológicas da construção em sua morfofonêmica. (p. 163)

Uma perífrase é composta de “*duas formas verbais para expressarem categorias ou nuances categóricas que não estão previstas no quadro das flexões*” (CÂMARA JR., 1976 - p.163) e assim constitui: forma flexional + forma nominal invariável. Na locução de tempo, a forma flexional auxiliar concentra informações gramaticais relativas às categorias número-pessoal e modo

temporal que, combinadas a uma forma nominal, detêm o significado do léxico, seja de particípio (*ouvido*), gerúndio (*observando*) ou infinitivo (*falar*).

Em relação ao tempo futuro, a parte flexionável fica restrita ao verbo IR, dispondo-se de seus paradigmas conjugados no presente do indicativo mais um verbo no infinitivo, de acordo com a necessidade do falante:



Tal combinação de verbos permitiu que a locução de futuro superasse o emprego da forma sintética, indicando assim uma mudança em tempo aparente.

Cabe ressaltar que o futuro do presente também possui na língua portuguesa uma forma composta, reconhecida pela gramática normativa da língua - de pouco prestígio entre os falantes - formada pelo futuro do presente do verbo auxiliar TER (*terei ... terão*) mais o particípio do verbo principal (*estudado / eleito / partido*). Mesmo havendo uma forma composta, ela não impediu o avanço da perífrase “ir+infinitivo”.

Na perífrase “ir mais infinitivo”, é possível detectar dois valores relativos ao significado dos verbos: um modal³⁰ e outro aspectual³¹. O primeiro indica a intenção de realizar algo - o modo indicativo - e o segundo expressa a idéia de futuridade por algo que ainda vai acontecer (*vou sair*). É também reconhecido o traço semântico de movimento que o verbo IR detém pois, segundo CÂMARA JR. (1976), ele expressa o curso de fatos a partir de um ponto. Esses fatores explicam o porquê do verbo IR, entre tantos outros verbos, ter sido escolhido para expressar futuro e tão bem acolhido na linguagem coloquial.

Nessa locução verbal, a noção de futuro é transmitida e assegurada pelo presente do indicativo, o que faz dela uma expressão de tempo incomum. No latim vulgar, a perífrase verbal de futuro utilizava-se do presente do indicativo do verbo flexionável “*habere*” combinado a um verbo no infinitivo para assegurar a noção de futuridade, como na forma “*cantare habeo*”. Essas perífrases não são formas correspondentes para o futuro simples das formas sintéticas, como afirma CÂMARA JR. (p.171) “*o que elas substituem é o presente simples para assinalar a mais a atitude psíquica de intenção e expectativa*”.

O presente do indicativo apresenta várias possibilidades de expressão temporal ao falante. Segundo BECHARA (1999) o presente pode ser empregado pelo pretérito – “*Pela manhã, bates-lhe à porta...*” (p. 276) -, pelo futuro do indicativo – “*Amanhã eu vou à cidade*”³², pelo imperfeito do subjuntivo e pelo futuro do subjuntivo. Assim, ele garante um traço de “neutralidade” em

³⁰ O **modo** refere-se às diversas maneiras como um fato se concretizar. São três os modos verbais: indicativo (expressa o fato como certo), subjuntivo (expressa o fato como incerto ou de possível realização) e imperativo (expressa o fato como uma ordem).

³¹ Diz respeito ao **significado** do verbo, seja pela presença de prefixos e sufixos, do tempo verbal empregado nas locuções ou pelo próprio sentido apresentado pelo verbo.

³² Esse exemplo, bem como o anterior, pertence à mesma fonte: (BECHARA, 1999, p. 276).

relação ao passado e ao futuro, uma vez que pode servir aos dois, proporcionando nuances diferentes de acordo com o momento da fala e com a intenção do falante.

4.4 Pelotas, espaço geográfico e educacional

Se no princípio deste capítulo fez-se abordagem gramatical sobre a perífrase verbal de futuro, a partir deste item tratar-se-á do aspecto lingüístico de cunho variacionista, cuja área de pesquisa se restringirá à cidade de Pelotas. Por esse motivo faz-se necessário apresentar algumas informações sobre a cidade.

De acordo com o IBGE / Censo 2000³³, a cidade possui 323.034 habitantes, sendo 153.180 homens e 169.854 mulheres. A distribuição da população ficou estruturada em 300.952 habitantes na zona urbana e 22.082 habitantes na zona rural. Pelotas apresenta uma taxa de crescimento de 1,5% e densidade demográfica de 195,18 (hab/km²). Quanto às características topográficas que lhe são características as planícies, serras e coxilhas. A cidade faz limite norte com as cidades de Turuçu e São Lourenço do Sul, sul com Rio Grande e Capão do Leão, leste com a Lagoa dos Patos e oeste com Canguçu e Morro Redondo.

A cidade desponta como um importante pólo educacional, uma vez que possui duas universidades, a UCPEL e a UFPEL, um centro tecnológico o CEFET e uma ampla rede de escolas municipais, estaduais e particulares, atraindo estudantes de diversas cidades do estado e de outros estados.

³³ Todas as informações desse parágrafo foram retiradas do *site* da Prefeitura Municipal de Pelotas – www.pelotas.rs.gov.br

Para conhecer a preferência lingüística em relação à expressão de futuridade, a pesquisa possui informações que foram retiradas do banco de dados da UCPEL e da UFPEL, o BDS – Pampa, que será apresentado no próximo item cujas entrevistas serviram de suporte para uma análise quantitativa.

4.5 Metodologia

A partir deste item serão apresentados os procedimentos metodológicos para a análise dos dados em que se descreverá o banco de dados “BDS – Pampa” e a caracterização do *corpus*, a Codificação dos dados e o Sistema Varbrul – processamento estatístico dos dados. A conclusão de tais itens é que permitirá uma análise final sobre predominância ou não da forma perifrástica de futuro (IR + infinitivo) na língua falada.

4.5.1 BDS – Pampa

A amostra utilizada para esta pesquisa pertence ao “Banco de Dados Sociolingüísticos da fronteira e da campanha sul-rio-grandense” (BDS Pampa), criado em 1998 pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), em parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O BDS Pampa detém um *corpus* referente às regiões do alto Uruguai e das Missões, à região da Campanha - Pampa gaúcho e Serra do sudeste - e à região do Litoral, com o intuito de atender pesquisas específicas nas áreas de línguas em contato e de sociolingüística. Envolve 21 cidades do Rio Grande do Sul, assim dispostas:

- **Região 1** (litoral): Pelotas, Rio Grande, Chuí, Santa Vitória do Palmar, Tavares, Jaguarão e Arroio Grande.
- **Região 2** (Serra do sudeste): Piratini, Encruzilhada do Sul e Aceguá.
- **Região 3** (Pampa): Bagé, Santa do Livramento, Rosário do Sul, São Vicente do Sul, Quaraí, Alegrete, São Francisco de Assis, Barra do Quaraí, Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

O Banco de Dados concluiu a pesquisa em nove cidades: Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Jaguarão, Arroio Grande, Bagé, Tavares e Encruzilhada do Sul.

A princípio, o BDS visava fazer uma radiografia das variedades dialetais das regiões citadas anteriormente que mantinham contato com o Espanhol. No entanto, com tal porte passou a servir não somente a esse fim, mas também a fornecer subsídios para análises extralingüísticas obtidas de dados socioeconômicos dos informantes e dos seus depoimentos a partir de temas comuns, vinculados ao cotidiano (futebol, viagem, trabalho, política, etc)

Sabe-se que a entrevista foi o único meio utilizado pelo BDS – Pampa para a coleta de dados. Depois de devidamente copiadas e salvaguardadas em CD, as entrevistas foram transcritas ortograficamente e hoje estão à disposição das instituições envolvidas no projeto, bem como de professores, de alunos da graduação e da pós-graduação e de pesquisadores que se interessam por pesquisa variacionista. Para avaliar o grau de uso das variantes “vou estudar” *versus* “estudarei” (perifrástica x sintética) na fala informal, recorreu-se a esse banco de dados, analisando o comportamento lingüístico de 24 falantes da cidade de Pelotas.

Como a presente pesquisa preocupa-se com a perspectiva histórica do tempo futuro, limitou-se a constatar a variação entre as formas sintética e perifrástica, sem se deter em variáveis lingüísticas, como o “presente do indicativo”. Portanto, da fração representativa de informações foram levados em conta as variáveis sociais ou extralingüísticas como sexo (masculino e feminino), dois graus de escolaridade (E1 de analfabetos à 5ª série do Ensino Fundamental e E2 a partir do 1ª ano do Ensino Médio) e três faixas etárias (16 a 25, 26 a 49 e mais de 50 anos). A estratificação da amostra é apresentada no quadro que segue.

Quadro 1

Caracterização do *corpus*

Nº do informante	Sexo	Escolaridade	Idade
D2	M	1	16-20
D4	M	1	21-25
D6	M	1	26-37
D8	M	1	38-49
D10	M	1	50-64
D12	M	1	+64
D14	M	2	16-20
D16	M	2	21-25
D18	M	2	26-37
D20	M	2	38-49
D22	M	2	50-64
D24	M	2	+64
D26	F	1	16-20
D27	F	1	21-25
D30	F	1	26-37
D32	F	1	38-49
D34	F	1	50-64
D36	F	1	+64
D38	F	2	16-20
D40	F	2	21-25
D42	F	2	26-37
D44	F	2	38-49
D46	F	2	50-64
D48	F	2	+64

A estrutura da amostra obedece aos princípios da metodologia sociolingüística laboviana que considera para a interpretação do resultado final as variáveis significativas de sexo, escolaridade e faixa etária.

4.5.2 Codificação dos dados

Depois de seleccionados os vinte e quatro informantes, cujas formas perifrásticas e / ou sintética de futuro foram detectadas nas entrevistas, tem-se condições de partir para a codificação dos dados.

A primeira etapa é determinar os códigos a serem utilizados.

Discriminação dos códigos

- A** Forma analítica (perifrástica) de futuro
- S** Forma sintética de futuro
- a** Faixa etária: 16 – 25 anos
- b** Faixa etária: 26 – 49 anos
- c** Faixa etária: + 50 anos
- 1** Escolaridade: analfabeto ou até 5^a série do ensino fundamental
- 2** Escolaridade: a partir do 1^o ano do ensino médio
- M** Masculino
- F** Feminino

Uma vez discriminados, os dados são organizados numa tabela de forma apropriada ao processo de codificação que consiste em transformar em código identificável pelo programa o VARBRUL tudo o que se deseja ver analisado. Segue abaixo um fragmento da codificação:

Tabela de codificação

	VD	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
1.	A	a	1	M											D2	Vou curtir
2.																
3.	A	a	1	M											D2	Vou falar
4.																
5.	A	a	1	M											D2	Vamos viajar
	S	c	1	F											D34	Ficarei

Dessa forma, quando for citado um fragmento das entrevistas, entre parênteses aparecerá um código identificando o informante de modo que será possível conhecer as informações preliminares sobre ele, como sexo, faixa etária e escolaridade. Por exemplo, no trecho: “...*tem amigos meus que são pilotos e eu vou acompanhar eles nas provas...*” (**Aa1MD4**)

4.5.3 VARBRUL – Análise quantitativa

A fim de analisar os dados selecionados em relação à idéia de futuro e de indicar os fatores favorecedores por uma ou outra forma de variante, empregou-se o programa estatístico VARBRUL. O programa, além de calcular o número de ocorrências dos fatores de cada variável em porcentagens, trabalha com pesos relativos de cada fator, ou seja, faz a análise conjugada dos grupos e verifica eventuais interações, o que torna a análise mais precisa e segura. O VARBRUL fornece, também, a seleção estatística dos grupos de fatores por ordem de relevância.

As tabelas que serão apresentadas no próximo item são o resultado final fornecido pelo VARBRUL, viabilizando assim uma conclusão sobre a variante de futuro dominante na cidade de Pelotas.

4.6 Resultado final e avaliação

As tabelas que serão apresentadas com o resultado da análise quantitativa, a seguir, estão estruturadas em total de ocorrências (Oc./total), em que o primeiro valor corresponde ao número de ocorrências da forma sintética (9) e o segundo, da total (245), com o percentual e o peso relativo.

Sobre a variável faixa etária, pode-se dizer que ela reflete os diferentes estágios e níveis da língua. É possível caracterizar três faixas incluídas nesta pesquisa:

a) 16 a 25 anos: predominam os adolescentes e os adultos jovens, caracterizados pela rebeldia social, comportamental e lingüística comum para essa faixa etária. Alguns estão buscando o mercado de trabalho.

b) 26 a 49 anos: refere-se aos adultos maduros, atuantes no mercado de trabalho que se caracterizam pelo acomodamento à vida social.

c) mais de 50 anos: nela estão inseridos os indivíduos aposentados ou em final de carreira profissional. Eles tendem ser mais conservadores que os jovens em todos os sentidos, principalmente na linguagem.

A seguir analisaremos a tabela:

Tabela 1: A incidência da forma sintética na variável faixa etária

	Oc. / total	Percentual	Peso relativo
a (16 a 25 anos)	9 / 245	4%	.43
b (26 a 49 anos)	14 / 272	5%	.51
c (mais de 50 anos)	10 / 137	7%	.61

A expectativa era que na faixa etária com mais de cinqüenta anos houvesse mais emprego da forma sintética, entretanto o porcentual foi de

apenas 7%, mostrando que em todas as faixas etárias o uso da forma perifrástica é plenamente dominante: mais de 93% de uso. Por outro lado, é interessante notar que o uso da forma sintética é progressivo nas três faixas etárias, respectivamente 4%, 5% e 7%, o que aponta uma certa influência desse fator na escolha da variante. Os resultados mostram, entretanto, que a variante perifrástica é amplamente dominante na linguagem oral e informal de Pelotas.

Quanto ao fator escolaridade, tinha-se como expectativa inicial a dominação da forma padrão à medida em que o grau de escolaridade se elevasse, pois se sabe o quanto a escola procura influenciar no comportamento lingüístico do aluno, privilegiando a língua *standard*. Entretanto, examinando os resultados do VARBRUL abaixo, conclui-se que o fator escolaridade não é relevante, uma vez que não há diferença significativa entre os dois graus: se o nível 2 recebeu peso relativo .49, o nível 1 – de analfabetos até a 5ª série – obteve valor .51.

Tabela 2: A incidência da forma sintética na variável escolaridade

	Oc. / total	Percentual	Peso relativo
1 (analfabetos ou pessoas que tenham estudado até a 5ª série do Ensino Fundamental)	19 / 368	5%	.51
2 (a partir do 1º ano do Ensino Médio)	14 / 286	5%	.49

Com os dados da tabela, pode-se assegurar que não houve influência da escolaridade na aceitação da perífrase verbal na língua falada.

No que diz respeito ao fator sexo, a princípio se esperava um maior uso da locução verbal de futuro por parte das mulheres, por causa da convivência

mais estreita com os filhos jovens, mas isso não se confirmou neste estudo, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 3: A incidência da forma sintética na variável sexo

	Oc. / total	Percentual	Peso relativo
M	13 / 245	5%	.49
F	20 / 489	5%	.50

Entre os falantes do sexo masculino versus feminino, os resultados mostraram que a diferença praticamente inexistente, o que confirma o peso relativo em .49 e em .50. Tal fato indica que os pelotenses de ambos os sexos possuem o mesmo comportamento lingüístico em relação à perífrase verbal de futuro.

O Pacote Estatístico VARBRUL não considerou nenhuma variável significativa, que se deve à aplicação quase de 100% das formas perifrásticas.

Pode-se constatar que, dentre as diferentes formas de expressar o futuro, há uma dominação ou, pelo menos, uma predileção dos falantes pela perífrase verbal de futuro. Em algumas falas dos entrevistados é possível entender a escolha da forma sintética. Para exemplificar e também justificar o emprego dessa forma, foram selecionados os seguintes fragmentos:

1. “...e não faço segredo da minha atividade espírita que é mais filosófica que religiosa e a tônica do do cardecismo é evoluir evoluir sempre / dentro da nossa filosofia nós estamos aqui pra evoluir pra crescer **retornaremos** futuramente já estivemos aqui em várias vidas...”
(Sc2MD22)

2. “...como está no final da bíblia como **usará**s um bicho se for necessário caso ao contrário fazeis o que tu puder tens a natureza pela

frente quer dizer que a a a plantação que deus colocou no mundo...”

(Sb1MD8)

3. “...o versículo disse eles tão em posições relativas a autoridade de deus quer dizer isso / nos deixa claro que nós devemos em sujeição a eles devemos submissão aos governos humanos mas / ela é inferior a lei de deus quer dizer se nós formos obedecer uma ordem dos homens que vai de encontro a lei de deus então nós **teremos** primeiro que obedecer a deus ...“(Sa2FD40)

Nesses fragmentos, os entrevistados, mencionando suas religiões, utilizam-se da forma sintética, assim como nos textos (escritos) bíblicos e nos de cunho religioso, reforçando a idéia que se tem sobre a influência da religião na língua, como forma de conservar a linguagem padrão.

No trecho que segue, o pelotense utilizou-se da forma sintética quando reproduziu a linguagem de uma pessoa mais velha:

4. “... e tudo agora uma coisa eu vô dizer se vocês forem casarem um dia vocês **terão** que fazer um tratamento muito grande...” (Sc1MD12)

As ocorrências de futuro selecionadas abaixo pertencem à mesma entrevista, em que o falante emprega a forma perifrástica de futuro e a analítica, no mesmo contexto, aparentemente sem nenhum motivo específico para a ocorrência principalmente da sintética:

5. “...diziam pra mim como **vamos fazer** para nos alimentarmos novamente não **vamos ter** mais / a senhora faça tudo por nós dona maria elena eu fiz tudo tanto que eu cheguei a dizer se elas não ficarem eu não fico / se vocês deixarem elas ficarem eu venho mais um dia pra cá pra eu poder eu dedico mais um dia meu pra elas em vez de eu vir

*um dia eu venho dois dias mas eu quero que elas fiquem se elas ficarem eu **ficarei** / se elas saírem eu **vou sair**...*” (A/Sc1FD34)

Depois de analisados os dados fornecidos pelo VARBRUL e alguns fragmentos das entrevistas, o emprego expressivo da forma pesquisada sugere um processo de gramaticalização contínuo, motivado pelo largo uso da forma privilegiada pelo falante. É importante ressaltar que, apesar das limitações desta pesquisa, restrita à cidade de Pelotas, ela é apenas reflexo da expressão nacional, uma vez que esse fenômeno lingüístico não é característico apenas do Rio Grande do Sul ou dos falantes pelotenses.

Se em Pelotas os fatores extralingüísticos – idade, sexo e escolaridade – foram unânimes em apontar a predominância da perífrase verbal na língua falada, na cidade de Florianópolis, o resultado não foi diferente, conforme apresenta GIBBON (2000) na sua pesquisa intitulada “*A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*”. A autora catarinense afirma categoricamente que “*o futuro do presente está definitivamente perdendo espaço para a forma inovadora, a forma perifrástica*” (p. 118 e 119).

Para que essa forma perifrástica deixe de ser uma variante estigmatizada e alcance o *status* de forma de prestígio, ela precisa ser normatizada, ou seja, fazer parte do conjunto de normas que regem a língua. A primeira parte do processo de inclusão da perífrase verbal de futuro – que diz respeito ao uso na linguagem coloquial - é longa, tem caráter inovador e despreocupado e parece estar concluída pelos falantes. Mas a segunda fase é “burocrática” e lenta, tem caráter conservador, pois mexer nas regras de uma língua é também mexer nos valores lingüísticos de uma época. Não há como

precisar quantas gerações serão necessárias para que tal mudança seja aceita.

5. Conclusão

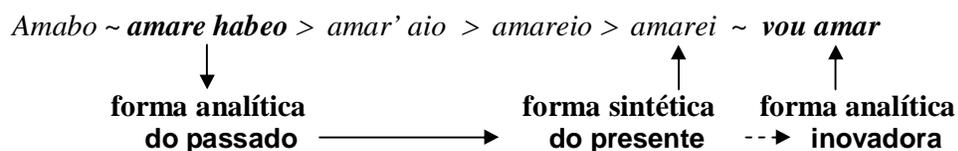
Neste capítulo final, retomar-se-á, de forma lacônica, o que já foi exposto nos capítulos anteriores, juntamente com as conclusões já apresentadas ao longo desse trabalho sobre a “evolução cíclica do futuro do presente” desde o latim – quando havia a variação entre a forma sintética (*amabo*) e a perifrástica (*amare habeo*) – até a língua portuguesa hoje, que também apresenta variação (*amarei* ~ *vou amar*).

No capítulo primeiro, apresentou-se o objeto de estudo, bem como os objetivos e as hipóteses que orientam e restringem o campo de pesquisa, reconhecendo-se o seu caráter diacrônico – porque acompanha a trajetória do futuro do presente – e sociolinguística, uma vez que se constatou e, ainda se constata, a variação e a mudança existentes entre as expressões de futuro na língua latina e na portuguesa. No capítulo seguinte, destacou-se primordialmente a Teoria Variacionista e, num segundo plano, a Teoria Funcionalista, centrando-se no processo de Gramaticalização, além de outras teorias, áreas de estudo e movimentos mencionados nesse capítulo, como a Linguística histórica, os neogramáticos e a dicotomia saussureana: diacronia e sincronia.

No capítulo terceiro, começou-se caracterizando o latim clássico e o vulgar - sendo apontada a heterogeneidade existente na língua latina - bem como o sistema verbal empregado na época e que possibilita entender hoje a expressão de futuro em cada uma dessas variantes do latim (analítica e sintética). Pôde-se, então, apresentar a variação real entre os dois níveis de

linguagem: o latim clássico que empregava uma forma sintética (*imperabo; legam*) e o latim vulgar, uma perífrase verbal (*imperare habeo; legere habeo*). Compreendeu-se o porquê de recorrer a uma perífrase, uma vez que o futuro do presente apresentava formas semelhantes em algumas pessoas da conjugação do pretérito perfeito (*educavit*), do presente do indicativo (*legis*) e do presente do subjuntivo (*legam*). Concluiu-se que essas formas “parecidas” incitaram o uso de uma forma simples como a perifrástica constituída de “Infinitivo do verbo principal + presente do indicativo do verbo auxiliar”. O processo evolutivo da perífrase de futuro continuou e também alcançou a Península Ibérica, através do processo de Romanização.

No período arcaico da língua portuguesa, o verbo auxiliar apresentou uma forma sincopada, evoluída do verbo auxiliar (*habeo > hei*), que constituiu uma nova expressão de futuro “*estudar hei*”. Não tardou para que o verbo “*hei*” se tornasse uma desinência verbal para o verbo no infinitivo (*estudare*), completando assim o processo de gramaticalização. Nessa pesquisa em tempo real, pôde-se ressaltar o caráter cíclico na evolução, na formação e na expressão do tempo futuro, uma vez que hoje se recorre a mesma fórmula – aliás, de sucesso – do passado. Esta síntese diacrônica deu a conhecer a trajetória do futuro do presente:



Ainda em tempo real, é possível apontar o processo de gramaticalização das formais verbais, inicialmente variantes, mas que depois constituíram mudança na língua e foram incorporadas às normas gramaticais, indicando que

o processo de aceitação das novas formas lingüísticas - que, a princípio, são tidas como “agramaticais” - é lento e gradativo.

No capítulo quarto, agora em tempo aparente, procurou-se contextualizar o estudo nos aspectos literários e históricos do início do século XX, bem como preocupou-se em reconhecer as expressões de futuro em textos da época, inclusive nos de jornais, em que a forma perifrástica já era notada na linguagem escrita. Ocupando-se também da opinião dos gramáticos, percebeu-se que não havia um consenso sobre a perífrase verbal de futuro, pois alguns apenas a mencionam e outros nem a citam. Apesar disso, pôde-se tecer algumas considerações sobre a expressão de futuro, tendo-se como base o estudo de BECHARA (1999) e CÂMARA JR. (1976), relativos ao presente do indicativo na perífrase.

Num outro momento desse capítulo, realizou-se a análise quantitativa, cuja amostra foi fornecida pelo BDS Pampa, permitindo avaliar o grau de variação na fala oral entre forma sintética e a perifrástica, na cidade de Pelotas. Essa amostra, de acordo com o padrão de pesquisa laboviana, estruturou-se a partir de variáveis extralingüísticas como sexo, escolaridade e faixa etária que depois foram processadas pelo Pacote Estatístico VARBRUL, mas nenhuma das variáveis citadas se destacaram. Entretanto, os resultados da análise indicaram um significativo processo de gramaticalização da forma perifrástica, mostrando uma possível inclusão dessa expressão de futuro na gramática de língua portuguesa padrão.

Nessa perspectiva, um estudo diacrônico possibilita remontar a evolução de uma língua, sendo esse o seu grande valor. Tal estudo, em específico, permitiu reconstruir a trajetória da forma perifrástica de futuro, já ilustrado

anteriormente, quando ainda era uma variante da forma padrão do latim clássico, até o português moderno. Foram muitas as variações e mudanças na língua que acabaram explicitando toda a sua dinamicidade e o quanto ela se torna “maleável” na linguagem oral. Apesar de se constatar essa mudança contínua, a gramática parece, ou tenta, retê-la – principalmente no que diz respeito à escrita - tornando-a um processo lento que se contrapõe às inovações e às “transgressões” constantes na língua falada. Nesse momento, cabe questionar até que ponto se pode denominar de “forma padrão” - a sintética (conservadora) - se num ambiente informal de fala, empregá-la seria visto como um esnobismo, uma impropriedade. Os falantes achariam estranho se alguém numa roda de amigos, por exemplo, dissesse “conversarei com ele amanhã” ou ainda “Viajarás para Rio Grande?”, uma vez que, conforme os resultados apresentados pelo VARBRUL, a expressão dominante é a perifrástica, portanto a forma de prestígio para o falante.

Inicialmente, havia dúvida sobre o porquê da preferência pela forma perifrástica na história da língua portuguesa, desde o processo de Romanização na Península Ibérica até a atualidade, denotando a influência da morfologia histórica, uma vez que a perífrase de futuro está sempre concorrendo com a forma sintética, desencadeando um processo de variação seguida de mudança. Hoje, além disso, o falante dispõe de outros fatores como os valores modal e aspectual, relacionados ao significado dos verbos. Torna-se relevante, ainda, o valor semântico de movimento do verbo IR, que garante a idéia de um futuro imediato.

A pesquisa ainda permitiu reconhecer em quais situações ainda se emprega a forma sintética: em ambientes formais; quando o falante reproduz a

fala de uma pessoa mais velha – uma fala normalmente marcante - e também quando envolve uma conversação de cunho religioso, como se pode constatar no final do capítulo quatro. Já não se pode afirmar que a locução de futuro está vinculada a algum setor da sociedade, porque, conforme mostrou a avaliação das variáveis extralingüísticas (sexo, idade e escolaridade), o emprego da forma perifrástica é dominante e indiscriminado. Cada vez mais, com a complacência dos meios de comunicação, a forma inovadora ocupa espaço e prestígio, sobrepujando a forma sintética.

Apesar de a pesquisa de cunho histórico ser muito importante, ela é acima de tudo um trabalho de investigação que esbarra nas limitações dos acervos bibliográficos ou do acesso às obras antigas. Não se pode desconsiderar, no entanto, que esse tipo de pesquisa ajuda a entender a dinâmica de uma língua no presente, uma vez que explica o seu funcionamento no passado. Hoje, um estudante ou um falante desinformado poderia até pensar que essa locução de futuro é uma forma exclusivamente moderna, uma criação lingüística do momento, mas se ele tivesse acesso à informação saberia que essa expressão é uma herança do latim vulgar e que existe há mais de dois mil anos.

Mesmo assim, fica instalado o firme propósito de dar continuidade a essa pesquisa, porque ainda há muito o que ser investigado, averiguando-se como se dá o processo ensino-aprendizagem dos verbos, principalmente do tempo futuro, no ambiente escolar. Observando-se, também, se os professores têm consciência dessa variação (estudarei ~ vou estudar), qual a forma dominante nas redações escolares e se os docentes fazem alguma correção.

Em síntese, foi abordada nesta dissertação apenas a variação na linguagem oral, desconsiderando-se a linguagem escrita - que tem caráter mais conservador – e o estilo adotado pelos meios de comunicação formais, como jornais impressos, revistas e telejornais.

Bibliografia

- AMADO, José Carlos. *História de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- Boosco Deleitoso*, ed. Augusto Magne, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 2ª edição. São Paulo: Edição Saraiva, 1954.
- _____, *A formação histórica da língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à lingüística*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- CALLAMAND, Monique. *Grammaire vivante du français*. Paris: Larousse, 1987.
- CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- _____. *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAMPEDELLI, Samira Yousseff & SOUZA, Jésus Barbosa. *Português, literatura, produção de textos & gramática*. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao Latim*. São Paulo: Ática, 1989.
(Série princípios, 172)

_____. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. (Série Revisão, 33)

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 41ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1998.

CÍCERO, Marco Túlio. *Manual do candidato às eleições, Carta do bom administrador público, Pensamentos políticos selecionados*. Tradução, introdução e notas de Ricardo da Cunha Lima. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma antiga*. São Paulo: Ática, 1995.

DURANT, Will. *História da civilização III: César e Cristo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1971.

ELIA, Sívio. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

FARACO & MOURA. *Gramática*. 12ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 3ª edição. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

_____. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de português-latim*. Porto: Porto editora, 1997.

- GARCIA, Maria De Los Ángeles J., HERNÁNDEZ, Josephine Sánchez. *Español sin fronteiras: Curso de lengua español*. São Paulo: Scipione, 1996.
- GIBBON, Adriana de Oliveira. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. Tese de mestrado. Florianópolis: universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- GIVÓN, T. *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*. In GIVÓN, T. (ed.), 1979.
- GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons e ritmos*. 7ª edição. São Paulo: Ática, 1991. (Série princípios, 6)
- GRANDGENT, C. H. *Latin vulgar*. 2ª edição. Tradução de Francisco de B. Moll. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, Instituto "Miguel de Cervantes", 1952.
- HEINE, B *et alii*. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: University Chicago Press, 1991.
- HEINE, B. *La semantica in prospettiva diacronica e sincronia*. Atti del Convegno della Società Italiana di Glottologia, 1992.
- HOPER, P. J & TRAUGOTT E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *A expressão do tempo em português*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

- IORDAN, Iorgu. *Introdução à lingüística românica*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.
- LABOV, William. "Resolving the neogrammarian controversy". *Language*, 57 (2) p. 267-308. 1981.
- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1994.
- LADEIRA, Martins. *Novo manual de Língua Portuguesa – Grammatica historica*. São Paulo, 1926.
- LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. 14ª edição. São Paulo: Ática, 1999. (Série Princípios, 104)
- LODEIRO, José. *Traduções dos textos latinos*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Edição da Livraria do Globo, 1947.
- LUFT, Celso Pedro. *Novo Manual de Português*. 3ª edição. São Paulo: Globo, 1995.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.
- MAURER Jr, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- _____, *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- MEIER, Harri. *Ensaio de filologia românica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1973.
- MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da Língua Portuguesa*. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- NASO, Publius Ovidius. *Tristium*. 2ª edição. Tradução de Augusto Velloso. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1952.
- NETO, Serafim da Silva. *Fontes do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- _____, *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Novo Manual de Língua portuguesa – Grammatica Historica*. Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo & CIA, 1926.
- NOVAK, Maria da Glória, NERI, Maria Luiza (org). *Poesia lírica latina*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- NUNES, Dr. José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Livraria clássica editora, 1956.
- _____, *Crestomatia arcaica*. 3ª edição. Lisboa: Livraria clássica editora, 1956.
- PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa II: Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos, 22)
- PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- PELOTAS. Disponível na internet: [http:// WWW.pelotas.rs.gov.br](http://WWW.pelotas.rs.gov.br), 2003.
- SAVIOLI, Francisco Platão & Fiorin, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.
- RAVIZZA, P. João. *A morfologia latina*. 6ª edição. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 1937.
- RESENDE, Martinez de. *Latina Essentia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

- SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novissimo diccionario latino-portuguez*. 8ª edição. Rio de Janeiro, 1925.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 25ª edição. São Paulo:.. Editora Cultrix, 1999
- SILVA, Manuel Augusto Naia da. *Temas de história da língua latina*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: morfologia*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.
- SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Blakwell, 1991.
- SPINA, Segismundo. *História da Língua Portuguesa III: Segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos, 23)
- STÖRIG, Hans Joachim. *A aventura das línguas*. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *A pesquisa sociolingüística*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1990. (Série princípios, 9)
- TERSARIOL, Alpheu. *Biblioteca da língua portuguesa: origem da língua portuguesa*. Vol.1. São Paulo: Empresa Editorial Irradiação LTDA, 1964.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TUFANO, Douglas. *Estudos de língua e literatura*, vol.3. 5ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1986.

ZERO HORA, 11/08/2002.